

◆ COMÉRCIO EXTERIOR

*Retomada de acordos bilaterais
anima empresários paranaenses*

◆ EFICIÊNCIA COMPROVADA

*Projeto do Senai no PR e CNI
resulta em ganho de produtividade*

PELT 2035

CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO

Estudo aponta soluções para melhorar infraestrutura
de transporte e logística no Paraná



Murilo Hidalgo, do Paraná Pesquisas: "Não há como fazer eleição sem doação de empresas".

FACULDADES DA INDÚSTRIA

FORMAÇÃO SUPERIOR FEITA POR QUEM MAIS ENTENDE DE INDÚSTRIA.

As Faculdades da Indústria somam as experiências do Sistema Fiep para oferecer um novo conceito em educação, com foco na prática e no crescimento profissional. É por isso que a **Faculdade da Indústria IEL** forma profissionais com as qualidades necessárias para os desafios do mercado e a **Faculdade da Indústria Senai** é a escolha de quem quer se preparar rapidamente para a realidade das indústrias.

faculdadesdaindustria.com.br



SISTEMA FIEP.
Formando o futuro da indústria.

FIEP
SESI
SENAI
IEL



FACULDADES DA
INDÚSTRIA

Nesta Edição

■ Leitura Rápida

■ Viés

■ Falou e Disse

■ Palavra do Presidente

■ Agenda

■ Saber é Cultura

■ Opinião

Gino Oyamada: a "solidão do poder"

■ Entrevista

Murilo Hidalgo: os desafios da reforma política

■ Sustentabilidade

Indústria aposta no reúso da água

■ Capa

Plano prevê salto em infraestrutura e logística



05 ■ Tendências

Empresas paranaenses aderem a programa da ONU

06

■ Trabalho Seguro

06

Segurança aparece como prioridade entre empresas

07

08

08

09

10

13

■ Produtividade

Projeto ajuda indústrias a aumentar eficiência

16

■ Carreira

Ao contratar, perfil comportamental faz a diferença

■ Mercado

Acordos bilaterais voltam à pauta do Planalto

■ Desenvolvimento industrial

Fiep lista fatores prioritários para crescimento da indústria

■ Da Terra dos Pinheirais

■ Gente da Indústria

■ Giro pelos Sindicatos

26

30

35

38

42

47

48

49

50





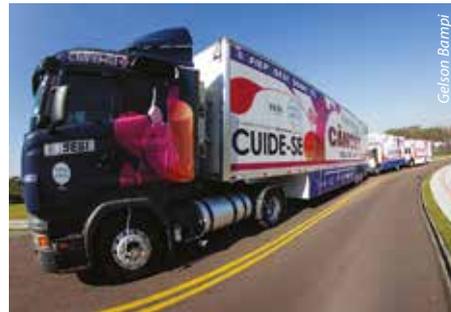
Aposta na juventude

“Geração Empreendedora - Desafio Paraná” é o nome do projeto criado para reconhecer jovens empreendedores que trabalham com tecnologia no Estado. Promovido pela Aliança Empreendedora, o objetivo é capacitar jovens entre 18 e 35 anos que desejam iniciar um empreendimento ou querem expandir seus negócios atuais. A iniciativa, pioneira no Paraná, vai selecionar 30 finalistas, e três deles vão receber investimentos de R\$ 7 mil em seus negócios. Os selecionados serão anunciados em dezembro.

Reforço para o Cuide-se +

O programa Cuide-se + ganhou sua terceira unidade móvel de prevenção ao câncer e vai ampliar o atendimento às empresas paranaenses, principalmente nas regiões Norte e Noroeste. Além da prevenção ao câncer, o Cuide-se + atua também nos seguintes eixos: prevenção ao uso de álcool e outras

drogas, alimentação saudável, prevenção de acidentes de trabalho, saúde mental, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de doenças crônicas e estímulo a atividades físicas. Criado pelo Sesi no Paraná, o programa existe desde 2012.



Gelson Bampi

Fiep quer rever Bloco K

As federações estaduais da Indústria e a CNL querem a simplificação do Bloco K do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), assim como o adiamento de sua implementação. Pela nova obrigação, as empresas deverão enviar ao fisco informações sobre os insumos utilizados na fabricação dos seus produtos. Além do custo para

as indústrias, que terão de implantar sistemas informatizados de transmissão de dados, a extensa lista de exigências também aumenta a burocracia. O Bloco K entra em vigor em 1º de dezembro para os setores de bebidas e fumo, e a partir de 1º de janeiro para as indústrias com faturamento superior a R\$ 300 milhões anuais.

Startup faz bonito em SP

A OpSocial, de Pato Branco, foi uma das dez startups selecionadas para participar do 4º Desafio SETup, destinado à busca de soluções inteligentes para a indústria do entretenimento. O evento ocorreu em São Paulo, dentro da SET EXPO 2016, a maior feira de tecnologia na área de broadcast e novas mídias da América Latina. A startup paranaense, que desenvolve produtos para o monitoramento em redes sociais, apresentou o Opsocial Audiences, específico para pesquisas no Facebook.

EXPEDIENTE

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESIDENTE

Edson Campagnolo

SUPERINTENDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARANÁ (FIEP)

Reinaldo Tockus

SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) E INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) E DIRETOR REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

José Antonio Fares

Lisegriff Gráfica e Editora LTDA

TIRAGEM: 10 mil exemplares

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES, ESCREVA PARA:

aindustriaemrevista@fiepr.org.br

A **INDÚSTRIA EM REVISTA** é uma publicação oficial do Sistema Fiep
JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elvira Fantin (2152/DRT-PR)

REPORTAGEM E REDAÇÃO

Bel Victorio, Denise Morini, Elvira Fantin, Juliano Pedrozo, Poliane Brito, Rafaella Sabatowitch, Rodrigo Lopes, Tina Demarche, Vanessa Dasko, William Saab

EDIÇÃO

Célula Estratégia e Comunicação - contato@agenciacelula.com.br

PROJETO GRÁFICO, ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Pedro Dudas / Célula Estratégia e Comunicação

BANCO DE IMAGENS

Getty Images

COORDENAÇÃO

Patrícia Giannini

GERÊNCIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Marcia Souza



SOBE

Produtividade paranaense

Levantamento do Iparde mostra que o valor gerado por um empregado na linha de produção da indústria automotiva no Paraná (R\$ 305,2 mil ao ano) é quase o dobro da média brasileira (R\$ 164,5 mil).

Confiança do empresariado

O Indicador de Confiança dos micro e pequenos empresários dos segmentos do varejo e de serviços avançou 20,7% na comparação entre julho e o mesmo mês de 2015.

Mercado de trabalho

O Indicador Antecedente de Emprego da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em julho subiu 6,9 pontos em relação a junho - maior nível em 28 meses. Foi o quinto aumento consecutivo.

DESCE

Instrução

O Brasil forma cinco vezes menos jovens com educação profissional do que países desenvolvidos, informou o diretor nacional do Sesi/Senai, Rafael Lucchesi, durante a Conferência Internacional de Educação Profissional, em Curitiba.

Venda de veículos

Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), a crise econômica resultou no fechamento de 1.226 concessionárias nos últimos 15 meses.

Previdência

De uma lista de 86 países, o Brasil está em 13º com maior gasto com Previdência em relação às riquezas do País, aponta estudo feito pela equipe técnica do governo.



Falou e Disse | As frases marcantes do setor



Gelson Bampi



GRANDE PARTE DOS CUSTOS DAS EMPRESAS É PARA CUMPRIR A BUROCRACIA. ISSO TIRA A COMPETITIVIDADE DOS EMPRESÁRIOS.

Marcos Pereira

Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em reunião da diretoria da Fiep

” A pequena parcela de investimentos realizados em relação ao PIB atrasa o crescimento do Brasil.

José Pio Martins

Economista e reitor da Universidade Positivo

” Prefiro que o País conviva com déficits por um tempo e não apele para o aumento de impostos.

Zeina Latif

Economista-chefe da XP Investimentos

” Inovação e pequenas e médias empresas terão sempre a melhor condição possível. Elas serão a prioridade.

Cláudia Prates

Diretora Industrial do BNDES, no lançamento dos editais em parceria com a Finep



Edson Campagnolo
PRESIDENTE DO SISTEMA FIEP

PALAVRA DO PRESIDENTE



governo federal lançou, em setembro, uma nova iniciativa com objetivo de destravar projetos em um setor essencial para a recuperação da competitividade da economia brasileira: a infraestrutura. Com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que pretende intensificar as concessões de grandes obras à iniciativa privada, o setor produtivo vê ressurgir a esperança de avanços nessa área.

E, graças à mobilização da sociedade civil organizada, o Paraná tem hoje em mãos um documento que aponta de maneira clara quais são as prioridades para nossa infraestrutura. O Plano Estadual de Logística em Transporte no Paraná (PELT-2035), que apresentamos na matéria de capa desta edição, mostra as intervenções fundamentais que precisam ser realizadas em portos, aeroportos, estradas e ferrovias do Estado para eliminar gargalos no transporte da produção paranaense.

Com o PELT em mãos, a Fiep e demais entidades envolvidas nesse movimento não medirão esforços para buscar a inclusão no PPI de projetos que beneficiem o Paraná. Acreditamos que, apesar de todas as dificuldades em nossa economia, o momento é favorável para atrair investidores ao Brasil e viabilizar as obras tão necessárias para tirar o País do atraso logístico em que vive atualmente.

Nesta edição, também trazemos outros temas igualmente importantes para que o Brasil aumente o dinamismo de sua economia e pavimente o caminho para seu desenvolvimento no futuro. Um deles é a retomada de uma política efetiva de comércio exterior, com a busca por acordos bilaterais que facilitem a circulação de produtos entre o País e outras partes do mundo. Outro é a mais do que urgente reforma política, fundamental para que o Brasil se livre de um modelo de gestão pública que vem causando enormes prejuízos para nossa sociedade.

Todas essas questões estão apontadas como prioridades no Master Plan de Competitividade para a Indústria Paranaense 2031, outro estudo que apresentamos nesta edição. Construído de maneira coletiva com a comunidade industrial paranaense, esse documento, que traz 12 fatores-chave para alavancar o desenvolvimento de nosso setor e do País, servirá de base para a atuação do Sistema Fiep nos próximos anos.

Estamos seguros que, seguindo esses passos, daremos nossa contribuição para um Paraná e um Brasil melhores.

Boa Leitura!



Agenda | Eventos do setor



ID Fashion traz a moda em movimento

“Movimento!” é o tema do 2.º ID Fashion, que reunirá 18 marcas representativas do mercado da moda do Paraná, selecionadas por uma curadoria especializada. Aberto ao público e gratuito, o evento terá desfile e exposição.

Data: 24/11/2016

Local: Museu Oscar Niemeyer - Curitiba

Informações: www.idfashionpr.com.br

Feira Internacional da Mandioca

A Fiman 2016 é promoção do Sindicato das Indústrias da Mandioca do Paraná (Simp) e Fiep, com apoio do Sebrae/PR.

Data: 22 a 24/11/16

Local: Parque de Exposições Pres. Costa e Silva (Paranavaí)

Informações: www.fiman.com.br

Empoderamento das Mulheres

O Sesi no Paraná lança em parceria com a ONU Mulheres uma plataforma que discutirá a equidade de gênero e raça.

Data: 23/11/2016

Local: Curitiba (Congresso ODS) e São Paulo

Informações: www.goo.gl/nsU5HR

Confira outros eventos do setor: www.goo.gl/xzoM71



Saber é Cultura | Arte paranaense



Divulgação/PHC

Legado holandês

Preservar a memória dos imigrantes holandeses na região dos Campos Gerais é o objetivo do Parque Histórico de Carambeí. Em uma área de mais de 100 mil metros quadrados, o local é considerado um dos maiores museus a céu aberto do Brasil, e reúne desde utensílios domésticos e móveis até ferramentas, automóveis e veículos e objetos de tração agrícola – incluindo

um acervo de tratores e equipamentos que mostram a evolução técnica do trabalho do campo.

Segundo o historiador e coordenador cultural Felipe Pedroso, a existência do Parque está estritamente atrelada às práticas de produção alimentar. “O acervo representa todas as atividades agroalimentares do início do século 20 até meados de 1970, na então Colônia de Carambeí”, diz ele. “Estes artefatos simbolizam a tradição agropecuarista das famílias de imigrantes e a sua contribuição para o desenvolvimento do setor no Brasil, demonstrando em linha cronológica as mudanças tecnológicas dos instrumentos utilizados na agricultura”.

Para saber mais, acesse:

www.parquehistoricodecarambei.com.br

COMO DIMINUIR A SOLIDÃO DE QUEM DECIDE

Gino Oyamada

Não bastassem os naturais desafios internos de qualquer organização, os líderes enfrentam variáveis externas complexas, que exigem decisões difíceis e dolorosas. Elas envolvem riscos, afetam pessoas, mudam destinos. Muitas dessas decisões acabam sendo tomadas de forma solitária, configurando aquilo que vamos chamar de a “solidão do poder”.

Decidir exige reflexão, debruçar-se sobre causa e efeito, e ação rápida, sob pena de o problema se agravar. Decidir impõe angústia, dúvidas e insônia. Assim é a vida de quem comanda os negócios, por mais bom ouvinte que seja e por mais que compartilhe a vida da empresa com seus liderados e conselheiros.

Controlador majoritário do negócio, CEO de uma organização com múltiplos acionistas ou mesmo responsável por uma unidade de negócio, o líder viverá a solidão de ter que decidir, sob pena de alguém ou uma circunstância decidir por ele.

Mas há, sim, várias formas de minimizar a “solidão do poder” em benefício do negócio e, por que não, da própria saúde do executivo. Como ponto de partida está o cultivo de um ambiente organizacional em que reine a confiança mútua, onde se ouçam e respeitem opiniões. Não cabe mais o estilo top down de gestão.

Outra recomendação é uma modelagem organizacional leve, com poucos níveis, mais horizontal, e idealmente num ambiente com o mínimo de paredes e portas (open space).



Gino Oyamada é sócio-diretor da 3G Consultoria, Governança, Gestão e Gente

É interessante que os executivos, aí incluindo o principal deles, convivam num ambiente único, aberto, em que as conversas fluam e as opiniões possam ser colhidas e percebidas de imediato, sem agenda prévia. Isso facilita o mútuo saber, o conhecimento coletivo, a franqueza nas relações, eliminando o elemento surpresa.

Mas a maior contribuição vem de uma boa estrutura de governança corporativa. A comunicação e os fóruns estabelecidos nessas estruturas viabilizam a discussão de valores, o pensamento e a ação voltada à estratégia, minimizando riscos e garantindo a longevidade com resultados consistentes e remuneratórios aos acionistas.

Para tanto não cabe mais o amadorismo.

Governança tem que ser um fórum de competências, de alta capacidade de agregação de valores, de diversidade, experiência e melhores práticas, e não um fórum para reunir familiares acionistas e amigos. A convivência com Conselheiros Independentes ou mesmo Consultivos é de grande valia para as lideranças da empresa se estiverem alinhados às necessidades estratégicas, seus valores, cultura, seu momento e desafios. ■

“ELEIÇÃO SEM DOAÇÃO DE EMPRESAS É UTOPIA”

Para o diretor do Instituto Paraná Pesquisas, interesses individuais dos legisladores são o grande entrave para a reforma política



Gelson Bampi

Formado em Economia e pós-graduado em Marketing pela Faculdade de Administração e Economia (FAE), Murilo Hidalgo é diretor do Paraná Pesquisas há 25 anos.

A eleição municipal de outubro no Brasil já transcorreu num novo cenário. O período de campanha mais curto e a proibição do financiamento de empresas tornaram o processo mais transparente e menos oneroso, com reflexos visíveis nas ruas e no caixa dos partidos e candidatos. E as mudanças não devem parar por aí. As regras sobre o financiamento de campanha são um dos pontos da reforma política em tramitação no Congresso Nacional, modelo que teria o condão de ajudar a retomar a credibilidade nos partidos,

na opinião do diretor do Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo. À frente do instituto há 25 anos, Hidalgo sustenta ainda que o voto distrital poderia trazer grandes avanços, mas que sua instituição não é recomendada no atual modelo de nomeações de cargos públicos. Em entrevista à **Indústria em Revista**, Hidalgo comenta esses e outros possíveis pontos da reforma, como a unificação dos pleitos, a proporcionalidade nas eleições e a doação de empresas para campanhas.

O atual modelo, com eleições a cada dois anos, provoca uma espécie de “paralisia” política no País. Como você vê a possibilidade de unificação das eleições?

A unificação das eleições tem pontos positivos e negativos. Os positivos seriam uma paralisia menor no País, menos incômodo ao eleitor com o horário eleitoral gratuito e um custo reduzido. Mas haveria desvantagem também. Seria um processo muito mais injusto porque uma eleição teria influência muito grande sobre as outras. Por exemplo: um candidato a prefeito de uma cidade pequena, com 70% dos votos, carregaria muitos



ENQUANTO A NOMEAÇÃO PARA CARGOS PÚBLICOS NÃO SAIR DAS MÃOS DO EXECUTIVO, NÃO DÁ PARA PENSAR EM VOTO DISTRITAL.

votos para o seu deputado. Pesaria demais nos pleitos municipais - isso considerando o atual modelo.

Esta sua análise considera a manutenção do modelo atual, mas pensando numa reforma política mais ampla, isso não aconteceria.

Com uma reforma política ampla, eu concordaria em unificar as eleições. Mas no modelo atual será ruim para o País porque teremos o voto amarrado e vai se dar muito poder aos governantes. Os governadores e o presidente da República elegeriam quase tudo e praticamente não existiria mais oposição.

O atual modelo de eleição proporcional para o Legislativo permite o chamado “efeito Tiririca”, quando um candidato que recebe muitos votos contribui para eleger outros pouco votados. Como mudar esse panorama?

Não dá para simplesmente acabar com essa proporcionalidade, que sustenta os partidos. Sob a atual legislação, ela é justa. Se houver uma reforma política que reduza a quantidade de partidos políticos, aí eu acredito. Como é na maior parte do mundo. A proporcionalidade foi feita para os partidos poderem existir e os partidos foram criados para haver situação e oposição. O modelo não está muito errado. O que está errado são os partidos.

Haveria, na sua opinião, um número ideal de partidos?

Não pode haver mais que 10 partidos. E teria que haver uma regulamentação. Um partido só poderia existir se

tivesse um determinado número de deputados federais e estaduais. Teria que ter requisitos básicos. Além disso, deveria ter registro provisório até a primeira eleição. A partir daí, se conseguisse eleger um determinado número de candidatos, conquistaria o direito de continuar existindo e ganharia o registro definitivo. Caso contrário, seria extinto.

Hoje, um candidato a deputado federal, por exemplo, pode receber votos de eleitores de todo o estado, favorecendo candidaturas com mais poder econômico e reduzindo o vínculo do parlamentar com sua base eleitoral. Sistemas de votos distrital ou distrital misto poderiam resolver essa distorção?

O voto distrital vai resolver demais os problemas. É o começo do acerto do Brasil. Um distrito elegeria um deputado estadual e um federal. Estas pessoas estariam muito mais próximas da comunidade. Se a segurança não funcionar, se a saúde não funcionar, em quatro anos esta pessoa vai estar fora, não existe compra de voto. Terão que votar os projetos de interesse da comunidade, terão que ouvir a comunidade. E isso sim seria um avanço. Só que não dá para ter voto distrital como é hoje, porque o deputado estadual nomearia o delegado, o chefe do núcleo da Receita, etc. O voto distrital melhoraria tudo se fosse como é nos Estados Unidos ou na Europa, onde ninguém nomeia o chefe da polícia. No Brasil é muito mais complexo.

Qual é o caminho, então?

Enquanto a nomeação para cargos públicos não sair das mãos do Executivo, não dá para pensar em voto distrital. Um candidato eleito deve se limitar a ser um representante do povo para fiscalizar e cobrar, mas eu não vejo isso num curto espaço de tempo no Brasil. Acho que a maior virtude do Brasil hoje seria fazer as leis funcionarem porque qualquer mudança precisa ser profunda.

Como a reforma política depende de aprovação pelo Congresso, os parlamentares que se beneficiam das atuais regras estariam dispostos a alterá-las em

Entrevista

profundidade? A convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva seria uma solução?

O grande problema da reforma política brasileira são os interesses de cada um. Tem gente que quer, mas muita gente tem medo. Então, não se tem uma noção de como será.

Você é favorável à proibição da doação de empresas às campanhas? A medida já afetou o cenário político paranaense nas eleições deste ano?

Não tem como fazer uma eleição no Brasil sem doação de empresas. É uma utopia. O que tem que fazer é controlar e punir em caso de irregularidade. Fazer o que o Sergio Moro está fazendo. Proibir, simplesmente, faz gerar o chamado “caixa 2”. É preciso também estabelecer regras. Por exemplo, cada empresa pode doar até 1% do faturamento, como é com pessoa física. O próprio TSE já tem dúvidas se foi certo ou errado proibir. Tivemos uma eleição muito curta, que beneficiou demais os candidatos mais conhecidos. Neste modelo, cada vez mais os novos terão menos chance porque o modelo beneficia demais quem já está no poder. Quem teria que fazer a legislação eleitoral seria o TSE, e não o Congresso.

As revelações da Operação Lava Jato estão expondo episódios de corrupção em praticamente todas as grandes legendas do País. De que forma a reforma política poderia ajudar o eleitor a recobrar a confiança nos partidos?



NÃO TEM COMO FAZER UMA ELEIÇÃO NO BRASIL SEM DOAÇÃO DE EMPRESAS. É UMA UTOPIA. O QUE TEM QUE FAZER É CONTROLAR E PUNIR EM CASO DE IRREGULARIDADE. FAZER O QUE O SERGIO MORO ESTÁ FAZENDO. PROIBIR, SIMPLEMENTE, FAZ GERAR O CHAMADO “CAIXA 2”.

Não tenho dúvida que uma reforma política ajudaria muito. E, em especial o voto distrital, porque traria a população para perto do seu candidato que, se eleito, seria um legítimo representante da comunidade. Mas é preciso mudar outras coisas também. Na atual situação brasileira ou muda tudo ou será um retrocesso.

Como você avalia mudanças já aprovadas pela Câmara, como a duração de 5 anos para os cargos eletivos a partir de 2022 e o fim da reeleição?

Não vejo a reeleição como um problema porque é um processo democrático. É um bom instrumento. O problema é o sistema eleitoral brasileiro que permite que o concorrente à reeleição tenha muita vantagem sobre os demais, com o uso da máquina pública e os comissionados. Isso torna o processo desleal. E um mandato de cinco anos é muito tempo, se [o governante] não estiver indo bem.

Quatro anos com possibilidade de reeleição é melhor porque permite a continuidade em caso de aprovação popular ou o fim do mandato em menos tempo caso os eleitores não estejam satisfeitos.

Você avalia que o eleitor brasileiro está consciente de seu papel neste processo? Valoriza o voto e vota de forma consciente?

Essa é uma questão muito importante. Quem tem o poder de mudar tudo isso não muda. Nós temos o poder. O cidadão, com o voto, pode fazer a diferença, pode mudar, mas nem sempre isso acontece. O brasileiro precisa dar valor à eleição, saber em quem está votando, acompanhar o trabalho do político eleito, pois ele é o reflexo da sociedade. Por isso, avalio como muito importantes as campanhas de conscientização da população, como, por exemplo, o movimento Vote Bem, liderado pela Fiep. Campanhas como essa deveriam chegar a todas as camadas da sociedade. ■

BEM DE TODOS

Indústrias investem cada vez mais no reúso e tratamento da água

Até 2013, toda a água utilizada pela unidade de fabricação de cimento da Votorantim, em Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, era tratada. Seguindo a orientação do grupo, que tem a gestão sustentável da água como um de seus valores, iniciou-se um trabalho de controle, que identificou todas as entradas e saídas do sistema e realizou um diagnóstico do balanço hídrico. No final de 2013 o novo sistema estava implantado, e no início de 2014 ele começou a operar.

De acordo com a assessora de meio ambiente da unidade, Luiza Trevisan Barcellos, o projeto controlou de tal forma o uso e reúso da água que só havia reposição quando era estritamente necessário. “Privilegiamos o reúso da água dentro do plano de remanejamento”, destaca. Segundo Luiza, o consumo médio por equipamento caiu de 50 para 35 metros cúbicos por hora.

“Apesar disso, não há um ganho financeiro porque o pagamento é feito pelo lançamento do efluente e



Leonardo Rodrigues/Divulgação Votorantim

Planta industrial da estação de tratamento da Votorantim, em Rio Branco do Sul.

não pela captação. O ganho é na sustentabilidade porque estamos usando de forma consciente e responsável um bem não renovável”, enfatiza.

A planta industrial da Votorantim em Rio Branco do Sul é a maior das Américas. Tem 66 anos e conta com a parceria do Senai nos estudos de balanço hídrico que contribuem para identificar a demanda e onde é possível fazer o reúso de forma mais efetiva. Em todo o mundo, a Votorantim mantém 58 unidades de produção de

cimento. Todas têm compromisso com a sustentabilidade e buscam identificar oportunidades de melhoria na gestão dos recursos naturais.

Parceria internacional

O caso da Votorantim exemplifica a preocupação atual da indústria brasileira em relação ao recurso hídrico, atenção que não se restringe ao volume consumido. Outro desafio é tratar a água residual para que esta volte ao meio ambiente sem provocar impacto. Resíduos de metais que permanecem após a utilização da água no processo

industrial têm que ser retirados antes do lançamento no ambiente, evitando poluição. Ocorre que a remoção desses metais costuma demandar produtos químicos, que geram custo e também acabam provocando danos ambientais.

Na busca de uma solução, o Instituto Senai de Tecnologia em Meio Ambiente e Química, do Senai no Paraná, firmou parceria com o Centro de Tecnologias de Água de Quebec, no Canadá, com objetivo de desenvolver no Brasil uma tecnologia de tratamento de efluentes de alta complexidade para a remoção dos metais. O projeto é patenteado pela empresa canadense Metafix.

A patente foi conquistada em abril de 2016, após três anos de estudo. Trata-se de um filtro que não utiliza grande quantidade de água e nem de produtos químicos, ao contrário do procedimento adotado pela maioria das indústrias. “É uma nova tecnologia: é compacto e não forma muito lodo”, explica Aziz Gherrou, PhD em Química



NÃO HÁ UM GANHO FINANCEIRO PORQUE O PAGAMENTO É FEITO PELO LANÇAMENTO DO EFLUENTE E NÃO PELA CAPTAÇÃO. O GANHO É NA SUSTENTABILIDADE PORQUE ESTAMOS USANDO DE FORMA CONSCIENTE E RESPONSÁVEL UM BEM NÃO RENOVÁVEL.

Luiza Trevisan Barcellos
Assessora de meio ambiente da Votorantim



Leonardo Rodrigues/Divulgação Votorantim

EM BUSCA DA EFICIÊNCIA



Plano Estadual elenca obras necessárias para superar o gargalo da logística em transporte no Paraná até 2035



Não é de hoje que se discute a importância da infraestrutura e logística na competitividade do setor produtivo. Pouco adianta produzir, inovar e abrir novas fronteiras se esse esforço derrapa em entraves na hora de transportar. Apesar de alguns avanços, em especial na área portuária, é o que tem ocorrido no Paraná. Por conta de estradas mal conservadas, outras bem conservadas porém com altas tarifas de pedágio, ferrovias sucateadas e de baixa capacidade de transporte, deficiência na estrutura dos portos pela falta de berços de atracação, aeroportos mal equipados no interior do Estado e problemas nos demais modais, perde-se eficiência e agilidade no transporte, o que acaba elevando muito o custo de produção. O impacto é a perda de mercado e de receita, resultando em estagnação e até retração da economia e, por consequência, dos empregos.



Capa

Um exemplo é o que acontece no Porto de Paranaguá. Os navios formam filas no setor de granéis tanto para exportação de grãos quanto para a importação de fertilizantes. Ficam cerca de 20 dias aguardando para atracar e cobram a chamada demurage, multa paga pelo contratante do navio pela sobrestadia.

“A multa varia de US\$ 10 mil a US\$ 15 mil por dia. São milhões para a indústria de fertilizantes e em especial para o agronegócio, compondo o chamado Custo Brasil, que tira a nossa competitividade”, conta João Arthur Mohr, secretário executivo do Conselho de Infraestrutura da Fiep. Ele explica que as filas de navios, verificadas em todos os principais portos exportadores de granéis sólidos do



A PARTIR DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PELT, O PARANÁ PASSARÁ DE UM ESTADO COM UMA INFRAESTRUTURA PRECÁRIA PARA UMA DE PAÍS DESENVOLVIDO, COM PLENO EMPREGO E SEGURANÇA. É O INÍCIO DE UMA TRANSFORMAÇÃO EM TODOS OS SEGMENTOS.

Nelson Luiz Gomez

Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP)

Brasil, são geradas porque existem poucos berços de atracação para exportação de produtos como soja, milho e farelo. O corredor de exportação de Paranaguá, por exemplo, possui apenas três estruturas desse tipo.

Corrigir esta e muitas outras deficiências que comprometem a competitividade da economia paranaense é o propósito da Fiep e outras 19 entidades da sociedade civil que compõem o Fórum Permanente de Desenvolvimento Futuro 10 Paraná e elaboraram o Plano Estadual de Logística em Transporte no Paraná (PELT-2035), um guia de obras para o desenvolvimento do Paraná. O PELT mostra os gargalos dos setores de transporte,

logística e infraestrutura no Estado e indica soluções, listando obras e ações que devem ser executadas até o ano de 2035. Das 99 obras elencadas no PELT 2035, aproximadamente 60% estão no modal rodoviário; 15% na base portuária paranaense; 15% no modal aeroviário; e 10% em ferrovias. “Historicamente, o Paraná não tem feito este planejamento de longo prazo. O PELT 2035 é uma contribuição da sociedade civil organizada neste sentido”, diz Mohr.

Parcerias

“Uma infraestrutura adequada, que permita o escoamento da produção de maneira eficiente e com menores custos de transporte, é um fator essencial para garantir a competitividade do setor produtivo paranaense”, destaca o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. Segundo ele, para que muitos dos projetos do PELT se viabilizem é fundamental a participação da iniciativa privada.

“Mais do que nunca, hoje o setor público não tem capacidade e agilidade para realizar todos os investimentos de que precisamos. A saída é recorrer a investidores privados, por meio de concessões ou parcerias público-privadas”, defende Campagnolo, acrescentando que para que isso aconteça é preciso agilizar os processos burocráticos e definir marcos regulatórios que deem segurança ao poder público, aos investidores e aos usuários dos serviços.

Como viabilizar

O PELT é um elenco de obras, a primeira etapa. Viabilizá-las é o principal desafio. “A segunda etapa é elencar o que é mais urgente, uma vez que os recursos são finitos”, diz Nelson Luiz Gomez, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), uma das entidades que participaram da elaboração do plano. Ele também defende que o poder público agilize as concessões, viabilizando a busca de recursos por meio de parcerias público-privadas. “É preciso também definir a modelagem das concessões para dar segurança jurídica ao investidor”, pontua.

O presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), José Roberto Ricken, diz que o resultado do estudo deve ser posto à disposição de toda a sociedade. “Devemos conscientizar o presidente da República, governadores, parlamentares, ministros e secretários de governo sobre os nossos gargalos. É importante que fique claro que sem os investimentos em infraestrutura não há como o País retomar o crescimento econômico. Além disso, é necessário que todas as organizações da sociedade civil canalizem esforços para pleitear e monitorar as obras prioritárias”, destaca Ricken.

O líder da Ocepar lembra ainda que o Paraná possui importância geopolítica fundamental, por estar no centro do Mercosul e próximo dos maiores centros consumidores do País. “Muitas empresas estão saindo dos grandes centros para investir em nosso Estado. Esse movimento deve se intensificar nos próximos anos, ou



O PELT 2035 É UMA CARTA DE INTENÇÕES. AGORA É NECESSÁRIO ELABORAR UM CRONOGRAMA PARA QUE POSSAMOS CONFIAR E ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS.

Irineo Rodrigues
Presidente da Cooperativa Lar

seja, o problema da falta infraestrutura no futuro tende a se tornar mais grave. Nesse sentido, o PELT será uma excelente ferramenta”, avalia.

Irineo Rodrigues, presidente da Cooperativa Lar, com sede em Medianeira, Oeste do Estado, salienta que o PELT é uma carta de intenções, que deve anteceder um plano de ações, e observa que as cooperativas já investiram e querem investir mais para melhorar a infraestrutura. “O PELT 2035 é uma bela iniciativa. Agora, é preciso que realmente seja definido um cronograma para cumprir as etapas. O ano de 2035 parece tão longe, são 19 anos, mas passa muito rápido”, afirma.

Cobrança e monitoramento

A Fiep e as demais entidades envolvidas na iniciativa vão monitorar a viabilização, realização e andamento das obras previstas no documento. As informações serão divulgadas nos sites de cada instituição. O plano também será entregue para parlamentares paranaenses e órgãos públicos estaduais e federais, como secretarias estaduais, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, agências reguladoras, Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), órgãos de licenciamento ambiental, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Tribunal de Contas da União, entre outros.



Estrutura precária e falta de concorrência elevam preços ferroviários

No eixo ferroviário, o PELT 2035 prevê oito intervenções. Um dos objetivos é facilitar o escoamento da produção - principalmente agrícola e de cargas containerizadas do interior para o Porto de Paranaguá e o transporte de cargas que chegam ao terminal portuário, como os fertilizantes, ou são oriundas de Curitiba e Região Metropolitana, como o calcário, cimento e combustíveis, e seguem para outras regiões do Estado. Hoje, 80% do que chega e sai do porto é transportado por caminhão e apenas 20% por trem. A previsão é nos próximos 10 anos haver um equilíbrio, com cada um dos modais respondendo por 50% do transporte.

“Nossas ferrovias precisam ser modernizadas, com a reforma de trechos, construção de novos

PRINCIPAIS AÇÕES

- Implantação da **Ferrovia Corredor de Exportação Oeste-Leste** (de Maracaju/MS a Pontal do Paraná), com foco na ampliação da capacidade de transporte e na priorização dos trechos mais críticos (Serra do Mar e Serra da Esperança).
- Adequação de capacidade da malha ferroviária, **modernizando e corrigindo traçados** - incluindo a malha da Rumo - ALL.

ramais e o desenvolvimento de uma modelagem que garanta a direito de passagem por mais de uma empresa”, defende o presidente da Ocepar, José Roberto Ricken.

Para o setor cooperativista, o principal entrave é a distância. “Não temos modais que se integrem ou que sejam funcionais, o que funciona é a rodovia, porém com um custo muito elevado”, observa Irineo

Rodrigues, presidente da Cooperativa Lar, de Medianeira.

“Necessitamos de

ferrovias que tenham capacidade de carga e agilidade”, diz.

Segundo Rodrigues, de Maringá a Paranaguá, a ferrovia atende às necessidades do fluxo, mas de Cascavel a Paranaguá ela funciona muito mal. “De Cascavel a Guarapuava é um sistema público, com pequenos investimentos, e de Guarapuava a Paranaguá ainda é uma estrutura ferroviária feita na época do império de Dom Pedro II, muito sinuosa e sucateada, sem capacidade de carga ou velocidade”.

O presidente da cooperativa diz que os custos ferroviários deveriam ser 30% menores do que os rodoviários, mas nem sempre este benefício é repassado ao embarcador. Já que não há concorrência entre ferrovias, os operadores ferroviários se posicionam com preços apenas 10% inferiores aos do modal rodoviário.



Obras transformariam Porto em referência nacional

Somente para o Porto de Paranaguá, o PELT 2035 elenca 17 obras e ações prioritárias. Entre elas estão o lançamento do edital de arrendamentos e licitações em áreas públicas no Porto para instalação de novos armazéns e a ampliação no número de berços de atracação. Três itens do PELT já foram realizados: a assinatura da autorização para ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá, a alteração da poligonal para viabilizar a instalação de novos terminais privados tanto em Paranaguá como em Pontal do Paraná e Antonina, e a modernização dos atuais ship loaders, que são equipamentos para carregar os navios com milho, soja ou farelo de soja.

A principal melhoria em Paranaguá seria a construção do novo píer em formato de "T", com quatro novos berços de atracação. A previsão

é que a obra seja construída com investimento privado, da ordem de R\$ 800 milhões. Atualmente, o porto conta com apenas três berços no corredor de exportação de grãos, atendendo assim simultaneamente a apenas três navios. Com o novo píer em "T", sete navios poderão atracar ao mesmo tempo. Além disso, os novos berços serão equipados com estruturas mais modernas, que darão maior velocidade de embarque.

Hoje a capacidade de embarque de grãos no corredor de exportação é de 4 mil toneladas por hora. A partir de 2019, passará para 12 mil toneladas. Mais um píer, em formato de "F", está previsto no PELT, com investimentos de R\$ 600 milhões também da iniciativa privada, criando um segundo corredor de exportação para grãos e para açúcar, além de quatro novos terminais para granéis sólidos, um terminal para papel e celulose e outro para veículos, além da ampliação do terminal de contêineres. "Com essas obras, acabam-se as filas de navios e a cobrança da demurage e o Porto de Paranaguá será o mais moderno do Brasil", afirma João Arthur Mohr, do Conselho de Infraestrutura da Fiep.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Agir na **gestão portuária**, simplificando processos burocráticos e reduzindo tempo de liberações, buscando redução de custos.
- Ampliação dos **investimentos e da capacidade operacional dos atuais arrendatários**, mediante análise de prorrogação de contratos.
- Armazéns do corredor de exportação e **construção do píer em "T"**.
- Armazenagem de grãos e açúcar e **construção do píer em "F"**.
- **Seis novos terminais** no Porto de Paranaguá.



Construção do píer em "F", criando um segundo corredor de exportação oeste.

Armazéns do Corredor de Exportação e construção do píer em "T".





Sudoeste luta por aeroporto e integração à malha aérea

No modal aeroportuário, as obras citadas no PELT 2035 compreendem os aeroportos administrados pela Infraero (Afonso Pena, Londrina e Foz do Iguaçu) e os de administração municipal. No caso dos terminais da Infraero, são prioridades uma nova pista no Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, para aumentar o transporte de cargas e receber aviões de passageiros de grande porte; a instalação do equipamento ILS I para aproximação em condições climáticas adversas em Londrina; e a ampliação do terminal em Foz.

Na aviação regional, a prioridade é a ampliação dos aeroportos de Maringá e Cascavel, assim como a implantação de voos comerciais regulares para a região dos Campos Gerais e para o Sudoeste do Paraná.

A necessidade de um aeroporto regional para atender ao Sudoeste é respaldada por uma pesquisa da Secretaria de Aviação Civil (SAC), que identificou as 10 principais regiões do País em que seria recomendável a construção desse tipo de empreendimento, conforme a demanda atual. “A região, ainda não atendida pela aviação comercial regular, foi apontada como uma das que apresenta maior concentração de pessoas que usam o transporte aéreo no País. Hoje estas pessoas têm que ir a Cascavel ou Chapecó (SC) de

PRINCIPAIS AÇÕES

- Conclusão da **ampliação do terminal de passageiros** (obra concluída) e construção da **nova pista do Aeroporto Afonso Pena**, em São José dos Pinhais.
- Conclusão da **ampliação do terminal de passageiros, ampliação da pista e instalação de sistemas de aproximação ILS I ou II no Aeroporto de Londrina**.
- **Obras em andamento no Aeroporto de Ponta Grossa** para viabilizar voos comerciais em 2016.
- Estudos preliminares concluídos para **aerportos em Francisco Beltrão e Pato Branco**.

carro para pegar o voo”, explica Celio Bonetti, coordenador da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste.

Frentes de ação

Bonetti relata que há duas frentes de ação para suprir a demanda do Sudoeste por transporte aeroviário. No curto prazo, trabalha-se com a perspectiva de viabilizar a linha aérea em um dos aeroportos já existentes em Francisco Beltrão ou Pato Branco, que encontram-se sem voos comerciais regulares. A linha aérea, com aviões pequenos de 70 passageiros, demandaria adequações. “É preciso melhorar a pista, construir um terminal de passageiros e, para isso, busca-se investimentos da comunidade local e do governo federal”, conta Bonetti.

A outra frente trabalha pela construção do aeroporto regional para aeronaves

de maior porte. Este novo aeroporto seria construído entre Francisco Beltrão e Pato Branco. Uma provável localização seria o município de Renascença. A previsão é ter o novo aeroporto num prazo de 10 a 15 anos.

“Este aeroporto é muito importante para o escoamento da produção da região, que hoje é transportada totalmente pelo modal rodoviário. Isso reduziria custo e seria o meio ideal para o deslocamento de empresários e atração de investimentos”, diz o coordenador da Agência de Desenvolvimento. Além disso, segundo Bonetti, a região tem um polo de software que fornece componentes para o mundo todo e ganharia velocidade de entrega. “O Sudoeste tem uma localização estratégica para atender a todo o Mercosul, mas para isso ser melhor aproveitado é fundamental termos a infraestrutura adequada”, reforça Bonetti.



Setor pede rodovias mais seguras e com pedágio reduzido

O PELT elencou no modal rodoviário diversas obras em todo o Estado, sejam em rodovias federais, como a importante duplicação da BR-163, na região Oeste, como nas estaduais, com a concessão de rodovias como a PR-280, no Sudoeste, e a PR-445, no Norte, entre outras. Listou ainda uma série de obras necessárias próximas a cidades, como contornos (a exemplo de Ponta Grossa), acessos como ao Porto de Paranaguá e vias marginais que isolam o trânsito local das cidades do tráfego pesado da rodovia.

Todas essas obras visam à redução do número de acidentes e também do custo logístico, pela economia de tempo de viagem e dos custos

de manutenção da frota de veículos de carga que sofrem com as estradas em más condições. O PELT também prega maior modicidade

nos valores de pedágios, de modo a evitar elevação nos custos totais da produção.

PRINCIPAIS AÇÕES

- **Novas ligações na BR/PR-101:** segundo acesso ao Porto de Paranaguá e um novo acesso ao Porto de Antonina. Esse projeto também permitirá desafogar a BR-376 (Curitiba – Joinville). Paralelamente, será realizado o estudo de viabilidade da Ponte de Guaratuba.
- **Ampliação da capacidade da PR-323/BR-272** no trecho de Guaíra a Maringá, da PR-445/PR-537 entre Mauá da Serra e Florestópolis, da BR/PR-280 (Barracão) e a BR-153, e nova ligação rodoviária duplicada da PR-412 entre Praia de Leste e Pontal do Paraná.
- Melhorias e **duplicações na BR-163**, entre Guaíra e Barracão.
- Melhorias no **acesso ao Porto de Paranaguá**, na Avenida Ayrton Senna.

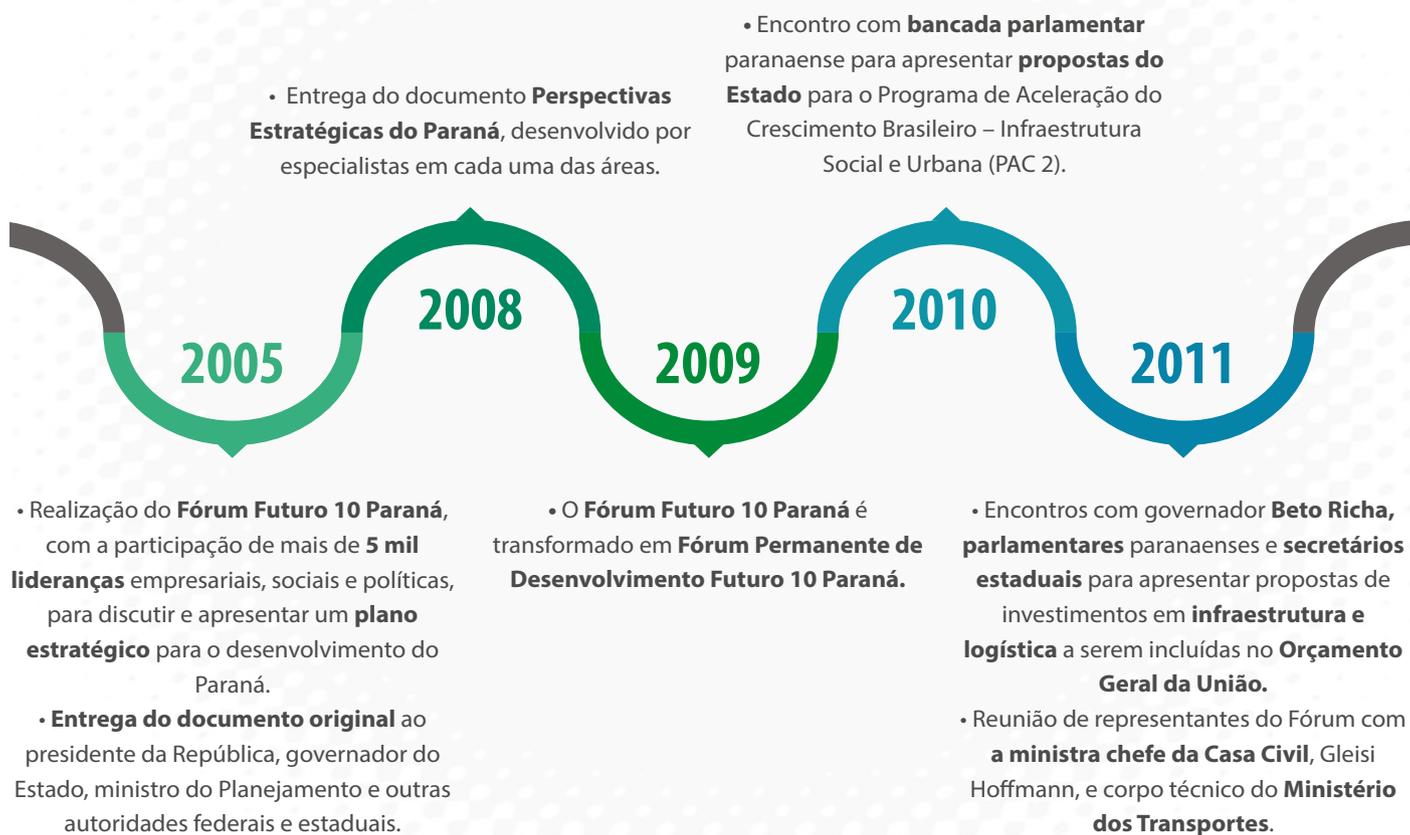
PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA EM TRANSPORTE DO PARANÁ | PELT 2035



Outros modais

O PELT 2035 prevê também ampliação da malha de dutovias, especialmente para o transporte de gás natural; investimentos na hidrovía do Rio Paraná; e uma obra de transporte ferroviário de passageiros: o denominado “Trem Pé Vermelho”, que interligará as principais cidades do eixo Maringá-Londrina. O PELT sugere ainda a criação de um banco de projetos para que investidores internacionais tenham diversas obras para analisarem o retorno financeiro por meio de projetos de engenharia com o necessário detalhamento técnico.

LINHA DO TEMPO DO PELT 2035



USINAS INVESTEM JUNTAS PARA ELIMINAR GARGALO

Um exemplo de investimento privado bem-sucedido no próprio Porto de Paranaguá é um terminal e um armazém de retaguarda, construídos exclusivamente para operar com embarque de açúcar. Em 1999, 12 usinas paranaenses se associaram e criaram a empresa Paraná Operações Portuárias (Pasa), que viabilizou a obra, por meio de uma concessão de 20 anos, renovável por mais 20.

Miguel Tranin, presidente do Sindicato do Açúcar e Álcool do Paraná, um dos idealizadores do

projeto, conta que antes de ter o terminal próprio, as usinas pagavam ao Porto de Paranaguá US\$ 18 para embarcar uma tonelada de açúcar. “O terminal privado, além de atender às usinas associadas à Pasa, passou a prestar serviços a outras empresas do Paraná e de São Paulo. Com isso, foi possível baixar este custo para US\$ 6, além de ganharmos em agilidade”, informa o empresário.

O resultado foi que o investimento de R\$ 23 milhões, que retornaria em cerca de 10 anos, no quarto ano já estava pago. “Por conta do maior movimento e velocidade tivemos mais eficiência do que se



- Assinatura do **Decreto de Regulamentação da Lei de Inovação** pelo governador Beto Richa, **reivindicado pelo Fórum**.
- Encontro com **bancada paranaense no Congresso Nacional** para apresentar **estudos e propostas** de logística e infraestrutura.

- Realização de reuniões regionais para desenvolvimento do **Plano de Logística em Transportes do Paraná (PELT 2015)**.
- Encontro com o **ministro dos Transportes**, Antônio Carlos Rodrigues, em Curitiba, para apresentação do **Programa de Logística do Governo Federal 2015-2018 no Estado do Paraná**.

2012

2013

2014

2015

2016

- Encontro com o **ministro dos Transportes**, Paulo Sérgio Passos, **governador Beto Richa e secretários de Estado**, para apresentar **reivindicações do setor produtivo** relativas a infraestrutura e logística.

- Encontro com **candidatos ao governo do Paraná**, para discussão de **propostas**.
- Reunião do **Conselho Diretivo** com o governador **Beto Richa**.

- Lançamento do **Plano de Logística em Transportes do Paraná (PELT 2015)**.

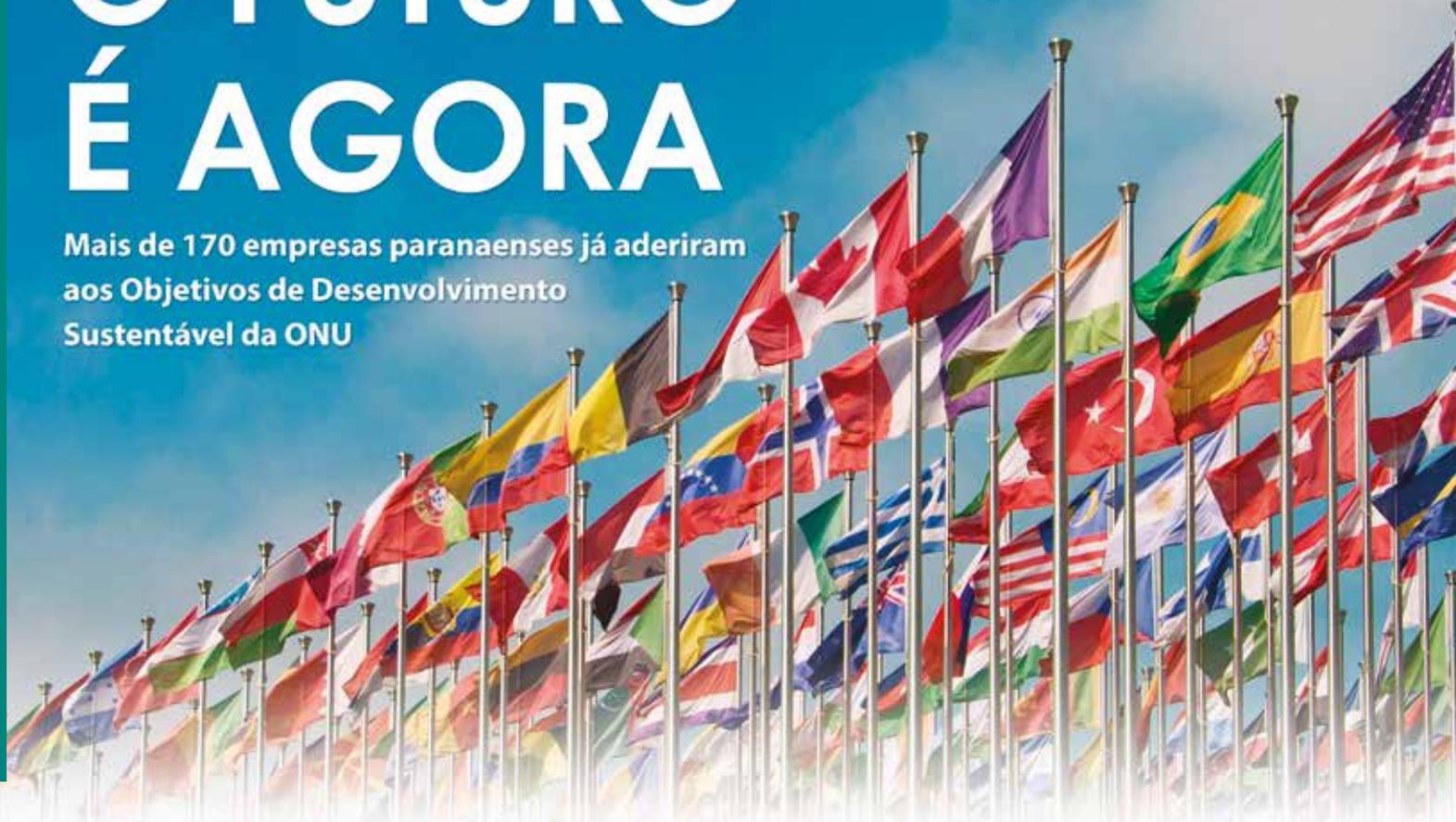
esperava”, diz Tranin. O empresário explica que o navio desperdiça tempo no porto principalmente quando o produto não está disponível para o embarque. “Antes os navios levavam de três a cinco dias para embarcar o nosso produto. A partir da estrutura própria, este tempo reduziu para 24 horas”, conta. Segundo ele, no lugar do pagamento da multa (demurage), a empresa passou a receber prêmio (desconto) pela eficiência no embarque.

Tranin diz que a expectativa agora é para a construção do novo píer, prevista no PELT. Além de mais navios poderem atracar simultaneamente, a obra vai

viabilizar a operação com navios maiores, de maior calado. Ele conta que, com o novo píer, navios com capacidade de até 100 mil toneladas poderão atracar – hoje o limite é de 60 mil toneladas. O investimento segue uma tendência mundial de operar com navios maiores, o que reduz o custo do transporte. “Com isso, o Porto de Paranaguá vai atrair mais navios, abrindo perspectivas de novos mercados”, acredita. ■

O FUTURO É AGORA

Mais de 170 empresas paranaenses já aderiram aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Em 2000, Kofi Annan, então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), lançou o Pacto Global, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa voluntariada do mundo. Três anos depois, foi criada a Rede Brasileira do Pacto Global. Com 714 signatários entre empresas de pequeno, médio e grande porte, além de organizações, é a quarta maior do mundo, ficando apenas atrás da francesa, espanhola e mexicana.

Por meio do Pacto, as nações assinaram a Declaração do Milênio da ONU, comprometendo-se a reduzir a pobreza extrema até 2015, pautando-se em oito Objetivos, os ODM. Chegando o prazo final, em setembro do ano passado, foi lançada a Agenda 2030, que desdobrou os ODM em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas em áreas de máxima importância, que abrangem cinco “pês”: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Ela pode e deve ser implantada por todos, em atitudes pessoais e comerciais, em instituições de todos os tamanhos.

Apenas um ano depois do lançamento, Beatriz Carneiro, secretária-executiva da Rede Brasil do Pacto Global, se diz surpresa positivamente com a adesão aos ODS. Para ela, isso se deve ao fato de terem sido traçados por meio de consultas públicas, diferentemente do que foi feito em 2000, com os ODM. “Os ODS são a nova plataforma da ONU para chegarmos a um planeta com desenvolvimento sustentável em 2030, quando haverá 8 bilhões de habitantes no mundo”, afirma ela, destacando ainda dois motivos pelos quais deve-se aderir aos objetivos. “O primeiro é para contribuir com o compromisso global; o segundo, pelas oportunidades de negócios, já que para cumprir a agenda é necessário mudar paradigmas, buscar novos modelos e inovar”.

Para isso, as empresas têm à disposição o SDG Compass, uma publicação com as diretrizes para a implementação dos ODS na estratégia dos negócios. “São cinco passos: entender os ODS; definir as

prioridades de acordo com as suas operações; estabelecer metas internas; integrar as metas a sua operação e relatar e comunicar o que está sendo feito”, explica Beatriz. O Paraná tem 176 empresas signatárias dos ODS. Conheça agora o trabalho de algumas delas.



A Copel tornou-se signatária do Pacto Global em 2000 e, desde então, segundo a superintendente de Sustentabilidade da empresa, Jocéli de Andrade Bogusz, houve inúmeros avanços em direitos humanos, meio ambiente e no combate à corrupção. “O Pacto Global é uma referência internacional em ética, seus 10 princípios são um norte para nossas ações”, garante. Apesar de os ODS serem relativamente novos, ela conta que a empresa já atende, em diferentes graus, a todos eles.

O ODS 7 (garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos), por exemplo, é diretamente ligado ao negócio da Copel, que hoje oferece 93% de energia proveniente de fontes renováveis vindas de parques eólicos e hidrelétricas. Até 2019, a empresa já se comprometeu a finalizar a construção de 13 novas usinas eólicas, que respondem a investimento total de R\$ 1,9 bilhão.



Sala de apoio à amamentação da Copel: avanços no ODS 5.



A EQUIDADE DE GÊNERO TRATA DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, DE LIDERANÇA.

Jocéli de Andrade Bogusz
Superintendente de sustentabilidade da Copel

Como consequência, também tem no seu foco o ODS 14 (conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável). Desde 2005, desenvolve o Programa Florestas Ciliares, que ajuda a recuperar a vegetação nos arredores dos reservatórios para retomar sua funcionalidade ecológica. O programa já plantou mais de 1,3 milhão de mudas de árvore em nascentes e nas proximidades dos reservatórios da companhia.

Entre tantos projetos, Jocéli destaca os referentes ao ODS 5 (alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas). A superintendente salienta que a companhia já trabalha o tema há alguns anos – possui o selo de Pró-equidade de Gênero e desde o ano passado participa dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs), que orienta sobre como delegar poder às mulheres no mercado de trabalho e comunidade – e que equidade não quer dizer ter o mesmo número de homens e mulheres entre os colaboradores (a Copel, inclusive, tem 80% de homens no seu quadro de funcionários). “A equidade de gênero trata da igualdade de oportunidades, de liderança”, afirma Jocéli, dizendo ainda que contam medidas aparentemente simples, como oferecer uniforme e equipamentos adequados às mulheres.

A empresa disponibiliza treinamentos para potencializar oportunidades, criou salas de apoio à amamentação, oferece licença maternidade de seis meses e jornada reduzida durante 60 dias após o retorno para as mães, auxílio-creche e licença paternidade de 20 dias.



EDUCAÇÃO PARA 1 MILHÃO

“A sociedade, assim como investidores, não aceita mais a hipótese do lucro pelo lucro, pois não quer ter seus nomes atrelados a empresas que atuem de forma insustentável, com desrespeito aos direitos humanos, ao meio ambiente, que pratiquem trabalho escravo ou infantil e assim por diante”, afirma Pedro Luiz Fernandes, vice-presidente de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade para a América Latina da Novozymes, empresa que assinou o Pacto Global em dezembro de 2001. “Com isto, lançamos novas estratégias de responsabilidade social, meio ambiente e bioética e revisamos nossas políticas atribuídas à responsabilidades específicas dentro da organização”, afirma.

Pedro conta que os departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento e de Sustentabilidade trabalham para integrar as metas dos ODS na avaliação do desenvolvimento de novos produtos da companhia. O objetivo é ter a sustentabilidade de forma prioritária nas futuras ações. “Os efeitos de nossos produtos e soluções em desenvolvimento são avaliados em 15 categorias de impacto diferentes, incluindo os indicadores ambientais e sociais”, diz Pedro, explicando que essas categorias foram identificadas através de um estudo profundo dos 17 ODS e suas 169 metas.



Divulgação/Novozymes



**A SOCIEDADE, ASSIM
COMO INVESTIDORES, NÃO
ACEITA MAIS A HIPÓTESE
DO LUCRO PELO LUCRO,
POIS NÃO QUER TER SEUS
NOMES ATRELADOS A
EMPRESAS QUE ATUEM DE
FORMA INSUSTENTÁVEL.**

Pedro Luiz Fernandes

*Vice-presidente de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade
para a América Latina da Novozymes*

O “projeto educação” (ODS 5), cujo objetivo é educar um milhão de alunos até 2020, é um dos destacados por Pedro. “Traremos nossas competências para ajudar na compreensão da biologia e da sustentabilidade, assim como dos ODS, para beneficiar e inspirar a próxima geração de cientistas e empreendedores”, explica o vice-presidente. “Como líder mundial em bioinovação, a Novozymes tem como tradição contribuir para a educação da biologia e, conseqüentemente, da biotecnologia”, afirma.



NOVOS LÍDERES PARA NOVOS MODELOS

Desde 2010, a Usina Santa Terezinha utiliza ferramentas de gestão e adere a iniciativas voluntárias referentes ao desenvolvimento sustentável e à transparência de seus negócios. Em 2011, tornou-se signatária do Pacto Global, intensificando assim sua atuação em prol dos ODM e agora dos ODS. “Atuar neste cenário inédito demanda a formação de líderes que possam contribuir para que a empresa incorpore um novo modelo de negócio”, diz Solange Gil de Azevedo, analista de Governança Corporativa da empresa.

Por isso, em 2013, a Usina Santa Terezinha implementou o programa Agentes de Mudança. De capacitação profissional (ODS 17), ele tem o objetivo de formar agentes multiplicadores e disseminadores de um modelo de gestão sustentável dentro do grupo Santa Terezinha, inspirado nos princípios e valores da sustentabilidade, contemplando praticamente todos os ODS. “Porém, o maior foco são os ODS relacionados a saúde e bem-estar, meio ambiente e parcerias, isto devido a particularidades do setor sucroenergético e à importância que damos ao relacionamento da empresa com seu público de interesse”, afirma Solange. “Os ODS são aplicados no dia a dia da empresa, seja com foco no público interno ou externo, seja por meio do cuidado da saúde dos colaboradores e seus familiares, com o meio ambiente ou com a comunidade local”.



Divulgação/Usina Santa Terezinha

Além do programa Agentes de Mudança – que já envolveu mais de 180 profissionais, beneficiando mais de 40 municípios –, entre os projetos institucionalizados no grupo, destaca-se o de controle biológico da broca da cana-de-açúcar (praga), que é realizado por meio da utilização de vespas, seus inimigos naturais, trazendo benefícios para o meio

ambiente por utilizar um manejo sustentável (ODS 12).

Chama a atenção também a Produção de Bioeletricidade (ODS 7). A usina investe no desenvolvimento tecnológico para produção de energia renovável por meio da biomassa da cana-de-açúcar, a qual é utilizada como combustível nas caldeiras de cogeração de energia. Nesse processo, é produzida energia térmica (vapor) e energia elétrica para consumo próprio. O excedente da energia elétrica é comercializado e entregue ao Sistema Interligado Nacional e operacionalizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico.

“Não é difícil unir competitividade e respeito ao meio ambiente”, garante Solange. “Uma postura sustentável é benéfica tanto para a empresa, como para pessoas e também para o meio ambiente; uma empresa responsável tem um diferencial competitivo e maior respeito no mercado e em sua cadeia produtiva”, finaliza.

CONGRESSO SESI ODS

A 9ª edição do Congresso Sesi ODS está marcada para o dia 23 de novembro, em Curitiba. Entre painéis compostos por palestrantes de renome internacional, será entregue o Prêmio Sesi ODS 2016 às empresas, indústrias, instituições públicas e do terceiro setor do Paraná com boas práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Sistema Fiep, através do Sesi no Paraná, é signatário do Pacto Global desde 2000. Desde 2004, lidera no Estado o trabalho de divulgação, mobilização e acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os 10 anos de trabalho tornaram a instituição referência e, desde 2015, com a aprovação da Agenda 2030 da ONU, ela encabeça a promoção dos ODS no Paraná.



SEGURANÇA E PRODUTIVIDADE: CAMINHANDO JUNTAS

*Para empresas, investimento no ambiente de trabalho
traz reflexos no clima organizacional e na competitividade*

ACIDENTES DE TRABALHO

Número de acidentes de trabalho por grupo de 100 mil trabalhadores no Brasil

2007 — 2013
1.378 **1.142**

REDUÇÃO
GERAL
17,1%

REDUÇÃO
NA INDÚSTRIA
22%

Fonte: Ministério do Trabalho e CNI.

A segurança e a saúde do trabalhador estão entre as prioridades das indústrias brasileiras. A maioria entende que os investimentos nestas áreas revertem em melhoria do clima organizacional, redução do absenteísmo e aumento da produtividade. É o que revela uma pesquisa realizada pelo Departamento Nacional do Sesi, entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016, com 500 médias e grandes indústrias do País. Das empresas pesquisadas, 71,6% disseram dar alta atenção à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Para 76,4% dos entrevistados, a indústria brasileira deve aumentar a sua atenção ao tema nos próximos cinco anos. A consulta revelou também que 48% das empresas ouvidas entendem que as ações promovidas para melhorar a segurança no ambiente laboral e promover a saúde dos trabalhadores reduzem as faltas ao trabalho. Para 43,6%, esses programas aumentam a produtividade no chão-de-fábrica e 34,8% apontam que essas ações reduzem custos.

A pesquisa retrata ainda que 60% das empresas dão grande importância a programas de promoção da saúde de trabalhadores, que vão além do cumprimento de requisitos legais. Entre as principais ações estão a gestão dos afastamentos por doenças e o monitoramento de aspectos ergonômicos no ambiente de trabalho.

Entre os exemplos de empresa paranaense que investe na qualidade de vida e na segurança do trabalhador está a Schwan Cosmetics, indústria de cosméticos com 150 colaboradores instalada em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. “Junto com o Sesi, fomos melhorando questões internas como a separação das unidades de decoração de embalagens”, conta a coordenadora de Recursos Humanos, Fernanda Peicho.

Trabalhar sem correr riscos

Fernanda explica que a indústria adota dois processos na decoração das embalagens - um deles utiliza tinta e o outro não. “Antes os trabalhadores ficavam todos juntos, mas agora separamos para evitar qualquer exposição a riscos. A área destinada à decoração com uso de tinta é totalmente segura e os colaboradores utilizam todos os equipamentos necessários”, conta.

Funcionários da Metalus, em São José dos Pinhais: foco em prevenção e parcerias com Sesi e Senai garantem índice zero de acidentes graves.



INVESTIMOS TAMBÉM EM COMUNICAÇÃO INTERNA PARA MANTER TODOS OS NOSSOS COLABORADORES INFORMADOS DAS NORMAS DE SEGURANÇA.

Carol Padilla Giolitti de Canestraro

Diretora da Metalus

Na Metalus, indústria do setor metalmeccânico também com sede em São José dos Pinhais, a preocupação com a segurança e saúde faz parte da política da empresa. “Para nós, a segurança no trabalho é requisito básico”, conta a diretora Carol Padilla Giolitti de Canestraro. “Contratamos vários cursos do Sesi e do Senai na área de segurança. Um deles foi o curso de NR 35, com normas e procedimentos para garantir segurança no trabalho em altura. Realizamos cursos também para quem trabalha com empilhadeira, com armazenamento de carga e descarga e manuseio e manutenção de ponta rolante”, informa Carol.

Também em parceria com o Sesi, a Metalus, que fornece peças para a linha branca e para a indústria de implementos agrícolas e atua há 39 anos no mercado, realiza os exames periódicos de seus colaboradores na própria indústria. “Isso reflete diretamente na produtividade porque não há necessidade de deslocamentos e ausência do trabalho”, destaca Carol. Cliente do Sesi há 10 anos, a empresa passou a observar um maior controle de dados e informações com os serviços. “Temos hoje um histórico

do funcionário, com seu quadro clínico. A empresa busca que ele preserve a sua saúde. Há hoje uma parceria e preocupação maior com a saúde”, salienta.

Informação também é primordial

Além dos cursos e do atendimento ao trabalhador, a empresa é muito exigente na manutenção e inspeção dos equipamentos e em auditorias internas para garantir a segurança dos trabalhadores. “Investimos também em comunicação interna para manter todos os nossos colaboradores informados das normas de segurança”, conta Carol. Segundo ela, além de

KLABIN INVESTE EM SEGURANÇA NA OBRA

Quando iniciou a execução do projeto Puma, nova unidade do grupo, com sede em Ortigueira, região dos Campos Gerais, a Klabin se deparou com um desafio. Era preciso manter a segurança e todas as condições de pronto atendimento aos operários da obra no próprio local, já que a nova unidade estava distante 30 quilômetros de Telêmaco Borba, onde há atendimento hospitalar. “Tínhamos que montar uma equipe e uma estrutura que garantisse a segurança e a saúde dos trabalhadores que iriam atuar na obra”, conta Francisco Carlos Johansson, médico do trabalho da Klabin, responsável pela área de saúde da nova unidade.

“Nosso desafio, além de ações de prevenção, era garantir atendimento imediato, estabilizando o paciente em situações mais graves até que fosse possível chegar ao centro médico”, conta Johansson. Ele explica que isso foi possível por meio da parceria com o Sesi. Foram montados assim um grande ambulatório, uma central com UTI fixa e outra móvel, além da manutenção periódica de duas ambulâncias.

“Graças a essa estrutura, foi possível fazer os atendimentos necessários no próprio local da obra”, conta. Durante o período de pico da obra, realizada de abril de 2013 a junho de 2016, o Sesi manteve no local uma equipe de 48 funcionários, entre médicos do trabalho, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, farmacêuticos, motoristas de ambulâncias, além de funcionários administrativos. Nesses mais de três anos, foram efetivados quase 130 mil atendimentos, a grande maioria referentes a exames rotineiros, de controle. Os demais foram relacionados a dores musculares, alergias e escoriações. Não houve registro de ocorrências graves no período.



Para Carol Canestraro, diretora da Metalus, segurança no trabalho é requisito básico.

informativos fixados nos murais da fábrica, os trabalhadores periodicamente assistem a palestras

Risco minimizado

O projeto da nova unidade demandou também a instalação de quatro alojamentos residenciais para abrigar 4.800 pessoas que permaneciam como residentes na obra. Estes alojamentos contavam com enfermeiros, técnicos de enfermagem e assistentes sociais para garantir o atendimento necessário. Foi realizada também parceria com o Sesi para prestação de atendimento odontológico no local. A empresa investiu ainda na conscientização dos operários, promovendo palestras e inserindo os trabalhadores nas campanhas relacionadas à saúde, como Agosto Azul e Outubro Rosa, sobre prevenção do câncer de próstata e mama, respectivamente.

Por sua característica, a obra era considerada como de risco 3 (a escala vai do 1 ao 4, sendo 1 a de menor risco e 4 a de maior risco). “Apesar disso, e graças ao trabalho desenvolvido, não houve registro de nenhum óbito e nem ao menos ocorrência grave durante toda a execução da obra”, conta o médico.

Para o diretor de projetos e tecnologias industriais da Klabin, Francisco Razzolini, a estrutura de prevenção montada, a conscientização dos colaboradores e o Sesi presente 24 horas por dia determinaram a execução da obra sem

e vídeos sobre segurança e saúde. “Nosso trabalho transcende o ambiente laboral. Procuramos envolver as famílias, promovendo atividades com os filhos dos colaboradores com o propósito de criar desde cedo a cultura da prevenção”, enfatiza a diretora.

Reginaldo Muniz Dias, técnico em segurança do trabalho na Metalus, conta que o foco da empresa é trabalhar com prevenção. “Por conta disso não temos registro de acidentes graves aqui dentro”, informa. Segundo ele, além de um trabalho contínuo de orientação e conscientização dos colaboradores, a empresa é muito rigorosa em relação ao atendimento às normas de segurança e ao uso adequado de equipamentos.

nenhuma ocorrência grave. Ele conta que o trabalho começava quando os colaboradores eram admitidos. Todos passavam por um curso de oito horas com instruções sobre como se comportar na obra e não se expor a situações de risco. “Além disso, desenvolvemos ações e cursos específicos para situações que envolviam um risco maior, como trabalho em altura, em ambiente confinado e em escavações”, conta.

“Executar uma obra deste porte com quase 40 mil pessoas envolvidas sem nenhuma ocorrência grave é raro. Não tivemos acidentes de alta gravidade e nenhuma epidemia num período em que o Brasil enfrentou surtos de dengue e zika vírus. Isso é um marco”, destaca o diretor.



Ambulâncias integraram estrutura de segurança e saúde durante construção da unidade da Klabin em Ortigueira.

Trabalho Seguro

Dias informa que depois de todo este trabalho a indústria conseguiu a receptividade e conscientização dos trabalhadores. “Abordamos o tema com o máximo de cuidado

e buscamos mostrar a sua importância. Hoje a nossa equipe está muito consciente. E é assim que funciona. Prevenção e conscientização têm que caminhar lado a lado”, reforça. ■

PLATAFORMA SIMULA CUSTOS DE ACIDENTES E AFASTAMENTOS

Dados do anuário estatístico da Previdência Social mostram o quanto os acidentes de trabalho no Brasil são danosos para a economia, para os trabalhadores e impactam no custo e competitividade das empresas: de 2007 a 2013, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) precisou pagar R\$ 58 bilhões em indenizações para acidentados no País. Muitos dos acidentes poderiam ser facilmente evitados com medidas de prevenção simples.

Ferramenta do Sesi, a plataforma Construindo Segurança e Saúde simula custos e ajuda as empresas a pensarem e planejarem ações para diminuir o problema. No ar há dois anos, o simulador passou por reformulações e oferece agora novos dados: produz relatórios com cruzamento de valores e divulga os custos globais com acidentes no trabalho das empresas cadastradas na plataforma. O uso é simples: basta preencher dados como CNPJ, valor da folha de pagamento para o mês, atividade preponderante da empresa e o RAT (Riscos Ambientais de Trabalho).

Os cálculos então são feitos a partir do valor da folha de pagamento da indústria associado a dados de quantidade de acidentes da empresa divulgados pelo Ministério da Previdência. Com a combinação desses valores, é possível estimar o valor a ser desembolsado pelas empresas para pagamento do FAP (Fator Acidentário de Prevenção). A partir do conhecimento desses valores, é possível o tomador de decisão na empresa ver com clareza ações e identificar as necessidades de investimentos em saúde e segurança.

“Nem sempre é fácil identificar onde estão os custos e a plataforma viabiliza esta percepção”, afirma a gerente de Segurança e Saúde do Sesi Paraná, Juliana Lacerda. Outro fator evidenciado pela ferramenta ao empresário é que o gasto com o acidente de trabalho gera um custo muito maior do que o investimento em prevenção e

saúde. Por exemplo: uma empresa recebe a demanda de cobrir uma área com concreto, e as betoneiras chegaram antes das botas de segurança. O gestor usa equipamento improvisado, o que resulta em oito acidentes de trabalho (já que o cimento é altamente corrosivo) – três deles, com afastamento pelo INSS.

Nesse caso hipotético, cada acidente custou R\$ 13 mil, e R\$ 113 mil por afastamento – a decisão equivocada de trabalhar sem o equipamento de segurança adequado custou R\$ 406 mil. Com o montante, a empresa conseguiria adquirir 13 betoneiras, ou negociar até 40 mil horas extras com os funcionários.

Acesse:

A plataforma está disponível gratuitamente no link: <http://bit.ly/1GLlqah>



SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO



Fonte: Sesi - Período: outubro/15 a fevereiro/16



OS GANHOS DO INVESTIMENTO EM EFICIÊNCIA

Indústrias que participaram do projeto piloto Manufatura Enxuta da CNI e Senai melhoram indicadores

Um ganho de 30% na produtividade e a redução drástica no tempo de montagem de equipamentos foram alguns dos resultados conquistados pela indústria do setor de óleo e gás Aker Solutions ao promover ajustes no processo de produção. O resultado significativo foi fruto de várias frentes de melhorias e implementações do conceito Lean Manufacturing (manufatura enxuta) na fábrica. O novo modelo, que já estava em curso, foi potencializado quando a empresa aderiu ao projeto piloto da Confederação Nacional

Produtividade

da Indústria (CNI) em parceria com o Senai no Paraná.

A unidade da Aker Solutions em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, implantou o projeto numa etapa de montagem de equipamentos, que incluiu aprimoramento de layout, redistribuição dos operadores e foco na eliminação de desperdício e na melhoria da performance. “O trabalho passou a ser feito de forma mais eficiente e, por consequência, em menor tempo”, conta o gerente de planejamento da indústria, Bernardo Bastos.



O LEAN MANUFACTURING CONSISTE EM TRABALHAR COM UMA EQUIPE ENXUTA, GARANTINDO AO COLABORADOR CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA QUE ELE PRODUZA DA MELHOR FORMA POSSÍVEL, ELIMINANDO DESPERDÍCIO DE TEMPO E DE MATERIAL E EVITANDO O RETRABALHO.

Bernardo Bastos

Gerente de planejamento da Aker Solutions

Segundo Bastos, a empresa se interessou pelo projeto porque precisava reduzir custos. “O setor de

óleo e gás tem sido bastante afetado pelo preço do barril de petróleo, situação agravada pela crise interna no Brasil”, explica. Ele conta que já estava em curso internamente o programa de melhoria contínua e o Lean Manufacturing veio ajudar na obtenção de resultados. Nos quatro meses em que a consultoria foi desenvolvida na fábrica, o principal ganho foi a redução em 70% no tempo gasto para montar o equipamento usado para controlar o fluxo de extração de petróleo do mar.

“O Lean Manufacturing consiste em trabalhar com uma equipe enxuta, garantindo ao colaborador condições adequadas para que ele produza da melhor forma possível, eliminando desperdício de tempo e de material e evitando o retrabalho”, explica o gerente.

Segundo Bastos, os resultados obtidos com os novos indicadores de produtividade já foram incorporados

NOVOS INDICADORES

A Aker Solutions é uma empresa de grande porte, com 1.200 funcionários em todo o Brasil, 800 deles instalados na unidade de São José dos Pinhais. O setor de montagem de equipamentos, onde o projeto piloto foi implantado, tem 130 colaboradores. É uma das 20 indústrias do setor de petróleo e gás instaladas no Brasil que foi atendida no projeto de Lean Manufacturing. As indústrias participantes registraram aumento médio da produtividade entre 33% e 63% durante os quatro meses de consultoria, no início de 2016.

De forma geral, houve entre essas empresas reduções significativas no tempo de movimentação do funcionário na linha de produção e de montagem de produtos, que passou de 13 para 9 horas, em média. O período médio em que as máquinas ficaram paradas para manutenção também caiu rapidamente. Além do Paraná, o projeto foi levado a Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. A coordenação ficou a cargo do Senai de cada estado.

Ao final da execução do projeto, as indústrias receberam direcionamento e orientação para que mantivessem os conceitos e práticas de manufatura enxuta dentro da linha de produção, já que o propósito da consultoria é a transferência de todo o conhecimento para a empresa atendida.

ao processo de produção. Agora o projeto será sendo expandido para outras áreas da empresa.

Empresa de motores fatura com mudança cultural

Outra empresa atendida pelo projeto da CNI e Senai foi a Leão Diesel, pequena remanufatura e retífica de motores a diesel, com 23 colaboradores, instalada em Londrina, no Norte do Paraná. A empresa buscava elevar a produção para atender à demanda do mercado e na busca por melhores práticas adotou o sistema de Lean Manufacturing.

“Conseguimos reduzir o tempo de montagem dos equipamentos em 28% e cortar a movimentação do montador em 93,7%”, conta Sergio Tambelini, diretor industrial da empresa. De acordo com ele, a principal contribuição da iniciativa foi ajudar a tornar a Leão Diesel mais competitiva. “O



novo modelo de trabalho trouxe mais organização, otimização e eficiência para o setor de montagem, além de eliminar o gargalo”, informa, acrescentando que houve redução do custo de produção e no prazo de entrega dos produtos prontos. “O Senai teve importante papel na aproximação com a empresa, na conscientização do pessoal

e na integração entre os demais setores da companhia, motivando, instruindo e acompanhando todas as fases do projeto”.

Tambelini explica que o projeto promoveu uma mudança de cultura na empresa. “Agora as decisões são tomadas com um foco mais estratégico, levando-se em consideração o planejamento de produção com um olhar a médio e longo prazo”. Segundo ele, o projeto piloto foi implantado no setor de montagem e todas as melhorias já foram incorporadas ao processo de produção, com os próprios colaboradores monitorando os novos indicadores, o que respalda a gestão da empresa na tomada de decisão. De acordo com o diretor, o próximo passo é implantar o conceito e a prática de Lean Manufacturing nos demais setores da indústria. ■

PROGRAMA VAI ABRANGER OUTROS SETORES

Com o sucesso do Lean Manufacturing, a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) abriu um novo edital, o Lean Express, voltado para empresas dos setores Têxtil e Vestuário, Gráfica, Construção Civil e Papel e Celulose, ainda dentro do Programa de Melhoria da Competitividade Industrial. As indústrias interessadas podem ingressar no programa de manufatura enxuta e ter bons resultados quanto à produtividade e redução de custos. O projeto piloto dura cerca de quatro meses.

Mais informações:

www.senaipr.org.br





PROFISSIONAL CERTO PARA O LUGAR CERTO

Empresas aprimoram processos seletivos e dão mais atenção ao lado comportamental do novo colaborador

A preocupação com a aderência à cultura e ao clima organizacional está levando as empresas a serem mais criteriosas em seus processos seletivos. A contratação de novos colaboradores tem um custo e leva tempo. E, se for errada, o custo é muito maior, não apenas sob o ponto de vista financeiro, mas para a imagem da instituição e para o clima organizacional.

Na busca pelo profissional certo para o lugar certo, as empresas estão aplicando testes mais sofisticados, colhendo referências do profissional, buscando informações nas redes sociais e realizando várias entrevistas. Muitas vezes as entrevistas não se limitam aos profissionais do RH, até bem pouco tempo atrás a única área da empresa envolvida nos processos seletivos.

Agora, depois do primeiro filtro da área de recursos humanos, o candidato muitas vezes é entrevistado por profissionais de outros setores da organização e até por comitês estratégicos. Todos estes critérios e cuidados têm o propósito de reduzir o risco de erro e contratar alguém que, de fato, venha agregar e possa contribuir com a organização no longo prazo.



É EXTREMAMENTE IMPORTANTE PERCEBER SE O PERFIL DO PROFISSIONAL É ADERENTE À CULTURA ORGANIZACIONAL E SE O CANDIDATO DEMONSTRA ENGAJAMENTO E COMPROMETIMENTO. DE OUTRA FORMA, NADA VAI FLUIR.

Andrea Gauté

Diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)

Comportamento é essencial

Nesta busca, o perfil comportamental do candidato ganha força e por vezes se sobressai ao conhecimento técnico. Andrea Gauté, graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho (RJ), com especialização em Gestão de Recursos Humanos, e diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), explica que nos processos seletivos é preciso avaliar se o profissional demonstra disposição de trabalhar em equipe, é ético e tem liderança. “Não se trata apenas de saber se o profissional tem habilidade para liderar pessoas, mas se tem liderança sobre sua própria vida e seus projetos. Se tem senso de propriedade e se vai conseguir entregar o que está se propondo a fazer”, reforça.

Para a especialista, o que faz diferença nas organizações são os talentos internos. Por isso, deve-se prestar atenção no perfil dos colaboradores que irão compor a equipe. “É extremamente importante perceber se o perfil do profissional é aderente à cultura organizacional e se o candidato demonstra engajamento e comprometimento. De outra forma, nada vai fluir”, pontua.



Divulgação/ABRH

Carreira

Andrea alerta que, ao contratar, a empresa precisa pensar no médio e longo prazo. “O colaborador não precisa se aposentar na organização, mas deve querer permanecer por um longo tempo e a empresa não pode pensar apenas em resolver um problema de curto prazo. Os processos de seleção têm um alto custo. Por isso, é preciso avaliar se aquele profissional será aproveitado a longo prazo”, alerta.

Redes sociais e relacionamentos

Além da análise do currículo do candidato, a empresa deve avaliar como a pessoa se porta nas redes sociais, onde é possível colher subsídios que vão contribuir para traçar um perfil comportamental. Além disso, deve-se considerar as indicações dos próprios colaboradores da instituição. Segundo ela, se uma organização trata bem seus colaboradores eles vão querer



É UM PAPEL MUITO ESTRATÉGICO CONSEGUIR COLOCAR A PESSOA CERTA NO LUGAR CERTO ATÉ CHEGAR A UM NÍVEL DE EXCELÊNCIA EM TODOS OS DEPARTAMENTOS.

João Carlos de Sousa

Coordenador da Escola de Negócios IEL

contribuir mapeando pessoas de seu convívio profissional que possam se identificar com a cultura organizacional e agregar.

A mestre em Psicologia e consultora em formação de executivos, Elizabeth Sinnott, reforça que as empresas estão muito mais atentas às competências comportamentais, fator que define a permanência das pessoas nas organizações. “Estamos falando da facilidade de relacionamento interpessoal, flexibilidade, ética, negociação,

comunicação assertiva, liderança humanizada, disponibilidade ao desenvolvimento frequente, inteligência emocional, entre outras”, destaca.

Para isso, de acordo com ela, o processo de captação está se adaptando a pesquisas nas redes sociais e às facilidades tecnológicas para identificar as características exigidas pelas empresas. Nas entrevistas também se procura investigar quais são as metas do candidato, seus anseios, seu nível de maturidade, como lida com conflitos, com adversidades, com diversidade de pessoas em uma organização e como investe em sua qualidade de vida e na sua vida pessoal.

A psicóloga lembra que ao mesmo tempo profissionais talentosos têm a oportunidade de escolher em qual empresa querem trabalhar. “Nesta escolha pesa, por exemplo, o fato de a empresa ser ou não uma boa empregadora e ter envolvimento em programas



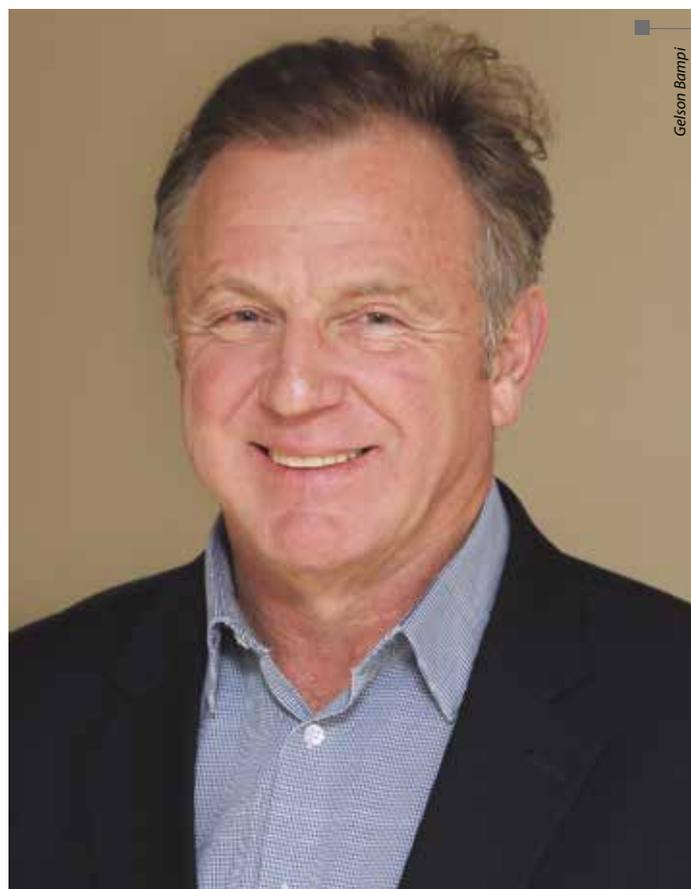
Elizabeth Sinnott/Arquivo pessoal

sustentáveis e de responsabilidade social que tenham impacto positivo na comunidade”, destaca.

RH como área estratégica

A área de Recursos Humanos sempre teve um cunho mais operacional dentro das empresas – ou seja, contratar e desligar pessoas e administrar a folha de pagamentos. Mas se o quadro de colaboradores é um valor dentro da organização e os talentos fazem a diferença nas empresas, o setor deve ser visto como uma área mais estratégica.

Com o objetivo de contribuir neste sentido, a Escola de Negócios IEL mantém o MBA em Gestão de RH, curso que procura justamente olhar de forma mais estratégica para a área de Recursos Humanos. De acordo com o coordenador da Escola, João Carlos de Sousa, a área de RH é a que conseguirá aliar os perfis e as competências dos profissionais, buscando identificar pessoas que vão atender à necessidade da empresa. “É um papel muito estratégico conseguir colocar a pessoa certa no lugar certo



CADA GESTOR TEM UMA EQUIPE E, POR ISSO, DEVE CONHECER PROFUNDAMENTE ESTE TEMA E VER A GESTÃO DE PESSOAS COMO ALGO MUITO ESTRATÉGICO.

Mário Thomaz
Proprietário da BrasOnda

até chegar a um nível de excelência em todos os departamentos”, destaca.

Mário Thomaz, um dos alunos do MBA e proprietário da BrasOnda, fábrica de embalagens de papel ondulado com sede na Cidade Industrial de Curitiba, conta que o curso veio ao encontro do que ele está promovendo em sua empresa: uma área de recursos humanos mais atuante. Mas não é só isso. “Quero que esta visão sobre nossa equipe de trabalho permeie toda a empresa”, diz. Por isso, ele determinou que todos os gerentes da empresa também façam o curso. “Cada gestor tem uma equipe e, por isso, deve conhecer profundamente este tema e ver a gestão de pessoas como algo muito estratégico”, argumenta.

Thomaz explica que a BrasOnda, que tem 24 anos de atuação no mercado e 150 colaboradores, pretende ser eleita uma das melhores empresas para se trabalhar. “Por isso precisamos ter uma equipe interessada, motivada e que entregue resultado”, afirma, acrescentando que a companhia investe também na constante qualificação dos seus colaboradores. ■

Mais informações sobre o
MBA em Gestão de RH:
www.ielpr.org.br



A ERA DA COOPERAÇÃO

Novo governo sinaliza reabertura do Brasil ao comércio exterior



De 1991, ano em que entrou no Mercosul, até 2013, o Brasil selou apenas três acordos de livre comércio: um com Israel e outros dois que ainda não entraram em vigor, com a Palestina e o Egito. A situação brasileira nesse cenário não é animadora: ao final de fevereiro deste ano, o País era o que tinha o menor número de tratados comerciais entre os países do Brics (bloco comercial que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Mas isso pode começar a mudar: o novo governo sinaliza estreitar laços com países de outros continentes.

Enquanto isso não acontece, alguns passos vêm sendo dados dentro do continente. Nos últimos 12 meses, três acordos automotivos foram firmados com parceiros sul-americanos. Um deles foi assinado com a Colômbia em outubro do ano passado, estabelecendo uma cota de 12 mil veículos a serem exportados com tarifa zero em 2016 — subindo para 25 mil em 2017 e 50 mil a partir de 2018.

Outro convênio no mesmo setor, pactuado em abril, foi feito com o Peru, e deve fazer com que as exportações brasileiras para o país andino saltem de 4 mil unidades por ano para 30 mil. O mais recente foi



Setor automobilístico tem sido um dos mais beneficiados por recentes acordos bilaterais firmados pelo País.



NOS ÚLTIMOS 14 ANOS NÃO FOI FEITO NADA NESTA ÁREA PORQUE O GOVERNO FEDERAL ABANDONOU O VIÉS ECONÔMICO E FOCOU APENAS NO VIÉS POLÍTICO. O RESULTADO É QUE AGORA O BRASIL ESTÁ DE COSTAS PARA O MAR.

Paulo Pupo

Coordenador do Conselho Temático de Negócios Internacionais da Fiep

firmado em junho, com a Argentina. Ele estabelece que a relação entre os valores das importações e das exportações de veículos e autopeças não deve ser superior ao coeficiente de desvio sobre as vendas de 1,5 até 2020 — o que significa que o Brasil poderá exportar 1,5 dólar para cada dólar importado da Argentina. A intenção é que o acordo estabeleça as bases para o livre comércio entre os dois países a partir de 2020.

Otimismo

Os empresários estão otimistas e têm grandes expectativas de que a solução do impasse político no País abra as portas do mercado externo para os produtos brasileiros. “Nos últimos 14 anos não foi feito nada nesta área porque o governo federal abandonou o viés econômico e focou apenas no viés político. O resultado é que agora o Brasil está de costas para o mar”, pontua o industrial Paulo Pupo, coordenador do Conselho Temático de Negócios Internacionais da Fiep.

Para ele, o Brasil precisa retomar o caminho dos acordos comerciais e bilaterais de tarifas. “Precisamos resgatar a confiança e ir nos principais blocos econômicos do mundo para construir acordos

Mercado

econômicos que sejam viáveis e atendam aos dois lados”, defende. Ele lembra que o Brasil não tem

nenhum acordo firmado com países desenvolvidos e diz que é inadmissível, por exemplo, o País não ter

EXPORTAÇÃO É OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO

A Funcional Mobiliário Corporativo é uma das indústrias que já se beneficiam de acordos bilaterais, mas com planos de crescer neste setor. A empresa mantém parcerias com Paraguai e Bolívia e está prospectando novos países para expandir sua atuação internacional.

“A exportação é uma oportunidade de crescimento para as empresas, principalmente considerando a crise de demanda interna no Brasil”, observa o proprietário da Funcional, Helder José Dias. Para ele, o resultado das negociações internacionais brasileiras nos últimos anos foi pífio, o que é preocupante. E além disso, lembra, o País precisa ganhar em competitividade, reduzindo o velho problema do custo Brasil. “A competitividade internacional das indústrias brasileiras depende muito do governo e do Congresso. Precisamos de menos custos trabalhistas, menos impostos, menos burocracia e, principalmente, um ambiente de estabilidade econômica”, observa.

De acordo com o empresário, os acordos bilaterais ou mesmo multilaterais aproximam os interesses econômicos dos países e geram riqueza e

desenvolvimento, mas é preciso ter produtos de valor agregado e competitivos para exportar. Dias lembra que em seu setor – moveleiro – o Brasil tem um forte concorrente nos mercados interno e externo, que é a China. “Alguns móveis brasileiros têm sua identidade própria que os diferenciam dos vendidos pelos fabricantes chineses. Mas a China tem alta produtividade e custos internos de produção muito inferiores aos brasileiros”, exemplifica.

Para ele, o exemplo dos chineses poderia ser seguido pelo Brasil para facilitar a entrada do produto nacional em novos países: redução ou isenção de imposto de importação, menores custos e simplificação do trânsito entre as pessoas dos países.

Paraguai e Bolívia

Sobre a entrada do produto brasileiro em outros países, Dias conta que com o Paraguai a relação comercial é menos complicada. Já com a Bolívia, apesar do acordo de livre comércio entre todos os países da América do Sul, não se pode afirmar o mesmo. “Se o motivo declarado de entrada no país for negócios, por exemplo, é cobrada taxa e um novo decreto do governo boliviano, de julho de 2016, dificulta a importação de móveis estendendo em mais de 60 dias o processo”.

Fundada em 1992, a Funcional tem fábrica em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, onde mantém um showroom. Tem também duas lojas próprias em Curitiba. Atua nos mercados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará e Distrito Federal, além de Assunção, no Paraguai; e Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Tem também plano de expansão para abrir novos canais de venda em outros estados brasileiros e países.



comércio bilateral com os Estados Unidos, que é a maior economia do mundo. “Precisamos firmar acordos com o mundo todo, mas devemos priorizar os grandes consumidores dos nossos produtos”, reforça.

Pupo conta que a Fiep está empenhada nesta questão apoiando o novo governo com propostas e direcionamentos e entende que a postura política que emperrou as relações comerciais internacionais já faz parte do passado. “Já houve uma boa sinalização do atual governo, canais de comunicação com o setor produtivo foram abertos e o setor industrial está participando ativamente por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das federações estaduais, entre elas a Fiep”.

Isonomia e reposicionamento no Mercosul

Uma das teses defendidas pela Fiep é a revisão do Mercosul. A Federação defende o reposicionamento do

NO JAPÃO, FIEP DEFENDE APROXIMAÇÃO COMERCIAL

Atenta para a importância dos acordos bilaterais, a Fiep marcou presença na 19ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, em Tóquio. Organizado anualmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e sua congênera japonesa, a Keidanren, o encontro busca promover o comércio e investimentos entre os dois países. O setor produtivo brasileiro defendeu a melhoria do ambiente de negócios com o Japão - nos últimos cinco anos, o comércio entre os dois países caiu 45%. “O Japão, pela força de sua economia e por possuir uma indústria extremamente avançada, é um parceiro estratégico para o Brasil”, afirmou o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. Em 2017, o encontro será sediado no Paraná.



Brasil dentro do bloco e do próprio Mercosul perante o mundo. “Somos a maior economia do Mercosul, mas tratados como se fôssemos a menor”, observa Pupo, acrescentando que a Fiep defende a isonomia. Segundo ele, enquanto Chile, Uruguai e Paraguai são beneficiados em alguns segmentos pelo Sistema Geral de Preferência dos EUA e, como exemplo, não sofrem taxaço na exportação de madeira para aquele país, o Brasil paga em média 8% de impostos para exportar o mesmo produto para o

país norte-americano. Outro exemplo é o bloco europeu, que taxa alguns produtos de base florestal do Brasil em 7%, enquanto Chile, Uruguai e Paraguai não são taxados. “A isonomia dentro do Mercosul é fundamental para consolidar a nossa política externa”, defende.

Além disso, é preciso trabalhar para o reposicionamento do Mercosul no mundo, inserindo o bloco nos acordos mundiais, como o recém firmado Tratado de Livre Comércio Transpacífico (TPP), do qual a maioria dos países do Mercosul ficou de fora.

Burocracia e infraestrutura

Para o coordenador do Conselho de Negócios Internacionais da Fiep, além da busca de convênios comerciais, o Brasil precisa resolver questões internas para viabilizar as exportações. Reduzir a burocracia, melhorar a infraestrutura, ter



TEMOS POUCOS ACORDOS. ELES PRECISAM SER MELHORADOS E AMPLIADOS. O PRINCIPAL É O BOM SENSO ENTRE AS PARTES PARA QUE AS BASES DOS ACORDOS ATENDAM A AMBOS OS MERCADOS. É PRECISO UM EQUILÍBRIO.

Nelson Hubner
Empresário

Mercado

uma política de câmbio adequada e garantir acesso a crédito com juros compatíveis são as principais questões. “Estes entraves tiram a competitividade dos nossos produtos”, afirma. Ele defende um canal único de exportação para simplificar o processo. “Hoje, dependendo do produto, temos entre 14 e 18 passos burocráticos para viabilizar um embarque, o que é muita coisa”, critica.

De acordo com Pupo, o Brasil é competente em relação à origem legal do que produz, tem produtos certificados e de qualidade comprovada, mas perde competitividade pelo excesso de burocracia e pela logística cara e deficiente. Para ele, o País reúne condições para buscar bons convênios internacionais em diversas áreas, citando como exemplo os setores alimentar, florestal, automotivo, de TI e cosméticos. “São áreas nas quais o Brasil tem diferenciais importantes e, por isso, muito a crescer nas negociações internacionais”.

Produtos de excelência

“O Brasil tem produtos de excelência, mas sem acordos entramos na regra básica e perdemos competitividade”, diz Reinaldo Tockus, gerente de

Relações Internacionais e Negócio Exterior da Fiep. Ele defende a formalização de tratados bilaterais como forma de estimular as exportações com níveis de tributação e taxas diferenciadas. “As bases de um acordo podem favorecer as exportações e importações de produtos, ampliando a balança comercial sem onerar as operações”, destaca. Ele cita os Estados Unidos como um dos principais mercados para o Brasil com o qual o País deve buscar cooperação bilateral. Além disso, defende relações comerciais com os países do Pacífico e a revisão de tratados com a União Europeia.

“O governo anterior não tinha uma política externa e não apresentou adequadamente o Brasil ao mercado internacional. O posicionamento sempre foi muito tímido e, por conta disso, conseguimos fechar poucos acordos pontuais”, observa.

Acordos abrangentes

Empresário do setor automotivo, Nelson Hubner é um dos que aguarda com expectativa o reingresso do Brasil de forma efetiva no mercado internacional. “Temos poucos acordos. Eles precisam ser melhorados e ampliados. O principal é o bom senso entre as partes para que as bases dos acordos atendam a ambos os mercados. É preciso um equilíbrio”, defende.

Para Hubner, a cooperação bilateral deve ser abrangente e beneficiar toda a cadeia produtiva. A negociação na área automotiva, por exemplo, não pode beneficiar apenas as montadoras, mas toda a rede de fornecedores, como as indústrias de componentes e autopeças, por exemplo.

O empresário diz que o novo governo tem uma visão mais abrangente do setor produtivo e a expectativa é que esse novo viés, na área de relações internacionais, resulte em acordos bilaterais consistentes e que venham contribuir para a geração de riqueza e, em consequência, a sustentação das conquistas sociais no País. ■



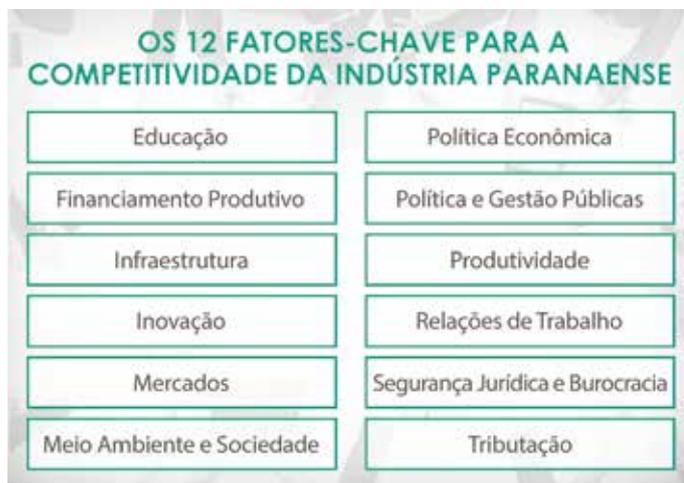
FÓRMULA DO CRESCIMENTO

Fórum Visões aponta caminhos para desenvolvimento da indústria

Para conhecer a íntegra do Master Plan, acesse: www.fiepr.org.br/observatorios/

Inúmeras dificuldades vêm tirando a competitividade da indústria e impedindo que o setor se desenvolva plenamente. As deficiências vão desde a qualidade da educação, que interfere diretamente na formação da mão de obra para a indústria, até a insuficiência de marcos regulatórios, passando pela falta de uma infraestrutura adequada.

Como representante do setor industrial, a Fiepr vem pautando sua atuação na defesa de reformas estruturantes que garantam um ambiente mais favorável aos negócios. Para isso, a Federação entende que é necessário reduzir gastos públicos e fiscalizar a sua aplicação; viabilizar investimentos que melhorem a infraestrutura; promover uma modernização e flexibilização nas relações trabalhistas; e reformular o sistema tributário brasileiro com medidas que simplifiquem as normas tributárias e reduzam a carga de impostos.



“Estas reformas só acontecerão com o envolvimento de toda a sociedade. Por isso, é importante a participação do empresariado, de forma consciente, contribuindo na construção de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento e no acompanhamento da atuação de seus representantes”, destaca o presidente da Fiepr, Edson Campagnolo. Ele enfatiza que a atuação da Fiepr está pautada nos anseios da comunidade industrial. Em consultas a esta comunidade e com base em estudos prospectivos que indicam as tendências de futuro para o mercado e a economia mundiais, chegou-se aos 12 fatores-chave que compõem o Master Plan de Competitividade para a Indústria Paranaense 2031.

Olhando o Brasil

Os conteúdos do Master Plan estão pautando o Fórum Visões – Grandes Líderes Olham o Brasil. Iniciativa do Sistema Fiepr, o Fórum Visões promove periodicamente debates sobre temas essenciais para que o País recupere o crescimento econômico, aumente a competitividade do setor industrial e garanta desenvolvimento em longo prazo. O primeiro fórum, realizado em agosto, teve a participação do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. O segundo, realizado em outubro, contou com a presença da secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi. Ainda em 2016 deverá acontecer a terceira edição do fórum. ■



INOVAÇÃO VISIONÁRIA

Com quase 50 anos de história, a Noma, que atua na fabricação de implementos rodoviários, segue firme em seu compromisso de se manter entre as oito empresas mais inovadoras do Sul do País. Faz parte da cultura da Noma, dona de uma das mais qualificadas redes de distribuição do setor, com 55 lojas em todo o País. A estrutura da companhia conta com 950 colaboradores que atuam em uma planta industrial de 175 mil metros quadrados em Maringá. No ano que vem, a empresa vai dobrar de tamanho com uma nova planta a ser inaugurada em Tatuí (SP).

Nada mau para quem começou em um terreno de apenas 800 metros quadrados. A empresa nasceu do sonho do visionário João Noma, que em 1967 criou a pioneira Brasmecânica para explorar a venda de peças, consertos, reformas e a produção de terceiro-eixo para caminhões. Hoje, a visão é para o futuro, mas com os pés no chão e com muito otimismo. “Estamos cada vez mais fortalecendo a



Divulgação/Noma



**ESTAMOS PASSANDO PELA
CRISE COM MENOS IMPACTO,
POIS CONSEGUIMOS
MOSTRAR AO MERCADO QUE
NOSSOS PRODUTOS DÃO
RESULTADOS ECONÔMICOS.**

Marcos Noma
Presidente da Noma

comunicação entre a empresa e nossos distribuidores”, afirma o presidente Marcos Noma, filho do fundador João Noma.

Se a crise econômica se mostrou um desafio, a Noma apresentou a fórmula da superação. “Estamos passando pela crise com menos impacto, pois conseguimos mostrar ao mercado que nossos produtos dão resultados econômicos”, diz Marcos. “Embora tenha sido um ano desafiador para o setor, conquistamos importantes metas e reconhecimentos”.

Por isso, a Noma pretende continuar a investir em tecnologia, com vanguardismo e transparência. “Na estrada da inovação, o conhecimento de novas práticas e metodologias de gestão tornam-se essenciais para a continuidade da cultura inovadora da companhia”, ressalta Marcos. “Nesse sentido, os cursos em parceria com o Senai são de extrema importância para disseminação do conhecimento e a capacitação dos nossos colaboradores”.

Inovação é a palavra-chave quando se fala da Noma. “Estar entre as empresas paranaenses mais inovadoras reflete a busca constante por melhores resultados nos campos produtivo, operacional e consequentemente em resultados para nosso cliente final, através de implementos rodoviários que tragam ganhos reais para o transportador”, finaliza o presidente. ■



Clássicos mundiais em livro-aplicativo

Pedro Fernandes, vice-presidente da Novozymes Latin America, Samira Almeida, diretora e cofundadora da StoryMax, e José Antonio Fares, superintendente do Sesi e IEL no Paraná e diretor regional do Senai, participaram do lançamento do primeiro livro-aplicativo da Coleção Novo Olhar, que convida jovens a conhecerem clássicos mundiais e a se engajarem nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

“Fritt-Flacc”, de Jules Verne, aborda a ODS 1 (erradicação da pobreza) e já está disponível para download nas app stores do iOS e Android. Os outros dois livros-aplicativos, “As ostras”, do russo Anton Tchekhov, e “O Rei do Rio de Ouro”, do inglês John Ruskin, abordam os ODS 2 (erradicação da fome) e 6 (água limpa e saneamento) e serão lançados nos próximos meses.

Link para o app book Fritt-Flacc nas app stores:

iOS: www.bit.ly/fritt-flacc-apple

Android: www.bit.ly/fritt-flacc-android

Teaser no YouTube: www.goo.gl/ehC1bM



Pedro Luiz Fernandes, Samira Almeida e José Antonio Fares no lançamento do primeiro dos três livros-aplicativos da Coleção Novo Olhar.

Homenagem a Alexander McQueen

Alunos do curso técnico em vestuário do Senai realizaram um desfile de moda em setembro em homenagem ao estilista Alexander McQueen. O britânico foi um divisor de águas na moda francesa, até então restrita a profissionais da própria França. Dono de um estilo ímpar, renovou casas de costura como Givenchy e também criou sua própria marca. Trabalhou da alta-costura ao prêt-à-porter, com elementos

manuais e modelagens inovadoras. A escolha do estilista para a homenagem marcou setembro, mês de prevenção mundial ao suicídio. McQueen sofria de depressão e tirou a própria vida em 2010, aos 40 anos.



Réplicas de McQueen feitas por alunos do Senai.

Contra a corrente

Caio Bonatto, presidente da construtora TecVerde, de Curitiba, disse em entrevista à Folha de S. Paulo que a empresa tem dobrado a receita desde 2011, saindo de 12 funcionários para 150. Para manter este ritmo, criou alternativas e passou a se concentrar em faixas do programa Minha Casa Minha Vida que dependem menos de subsídios do governo. “Tivemos que nos concentrar no que pode trazer mais ganho de escala”, afirmou. A Tecverde é a criadora de um processo industrial para casas com base em madeira.

Expansão solar

Reinaldo Cardoso, co-fundador da startup Renova Green, de Curitiba, aposta na energia solar como uma solução sustentável e barata para a eletricidade. “Até 2024 teremos mais 1,2 milhão de sistemas fotovoltaicos instalados em telhados por todo o País, segundo a Aneel”, disse ele em entrevista à revista Exame. Por causa dos altos custos de venda e implementação de painéis solares, a Renova Green resolveu alugá-los por meio de uma assinatura mensal. O trabalho chamou a atenção da aceleradora ISAE Business e, após três meses de testes com os primeiros consumidores, a startup já vê grande potencial de expansão pelo Brasil.



Sipcep promove curso de chocolate

Associados ao Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Paraná (Sipcep) participaram em agosto do curso “Técnicas de Chocolate”, em Curitiba, que ensinou a utilizar o produto de formas tradicionais e inusitadas para a fabricação de doces e bolos. O aproveitamento máximo foi outro tema abordado, como o uso do excedente de massa para a produção de alfajor. “O objetivo é agregar valor ao produto e diversificar”, destaca Wilson Borgmann, presidente do Sipcep.



Divulgação/Sipcep

como gestão sindical, defesa de interesses, negociação coletiva e prestação de serviços pelos sindicatos.

Ponta Grossa ganha Casa da Indústria

Os sindicatos das Indústrias de Olaria e Cerâmica do Norte do Paraná (Sindicer Norte), da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios dos Campos Gerais (Sindirepa) e das Indústrias de Panificação e Confeitaria dos Campos Gerais (Sindpan), juntamente com a Fiep, inauguraram em julho a sétima Casa da Indústria no Paraná, em Ponta Grossa. A estrutura será sede compartilhada destes sindicatos e poderá abrigar outros. Espaços similares já existem em Londrina, Apucarana, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava e Rio Negro. O objetivo é unir o setor industrial e racionalizar recursos.

Construção civil recebe capacitação

Sindicatos da construção civil, em parceria com o Senai, promoveram em agosto, em Curitiba, uma capacitação em NR12 (referente à segurança na operação de máquinas e equipamentos), direcionada a engenheiros, técnicos e mestres de obras. O objetivo foi divulgar as normas, seu entendimento e a aplicação na indústria da construção civil.

Centro de Treinamento do Siitep e Senai

Uma parceria entre o Sindicato das Indústrias de Telecomunicações do Paraná (Siitep) e o Senai possibilitou a implantação de um Centro de Treinamento em Telecomunicações em Curitiba. A unidade servirá de base para cursos que ajudarão a capacitar os profissionais do setor, além de oferecer mão de obra voltada à demanda do segmento.

Sindimetal: intercâmbio de liderança

Presidentes de sindicatos da indústria metalmeccânica de 12 estados se reuniram em Curitiba, em agosto, para a segunda edição do intercâmbio de lideranças do segmento, evento que integra o projeto Associa Indústria, uma parceria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Sebrae e das federações estaduais de indústrias. Desta vez, o Sindimetal Maringá e o Sindimetal Paraná foram os anfitriões do encontro, que contou com as presenças do Sindimetal Campo Mourão e Ponta Grossa. Na pauta, temas

Associados do Sindimadmov visitam Feira

Associados do Sindicato da Indústria da Madeira e Marcenarias de Francisco Beltrão (Sindimadmov) participaram em julho, em São Paulo, da Feira Internacional de Fornecedores da Indústria (ForMóvil), a principal do setor na América Latina. O objetivo foi conhecer as inovações em matéria-prima e máquinas, além de prospectar parcerias e novos negócios.

Conheça todos os sindicatos que compõem a Fiep. Acesse: www.fiepr.org.br/sindicatos/



COLÉGIO SESI INTERNACIONAL.

UM JEITO NOVO DE APRENDER E SE PREPARAR PARA O MUNDO.



Aprenda de um jeito diferente:

- Metodologia pedagógica inovadora.
- Turmas interseriadas e trabalhos em grupo.
- Desafios trimestrais, desenvolvendo autonomia, criatividade e capacidade de interagir.

Prepare-se para o mundo:

- 50% das disciplinas em inglês.
- Fluência e domínio da língua ao final do ensino médio.
- Afterschool: contraturno com imersão em inglês.
- Intercâmbios, palestras, encontros, tudo em inglês.



MAIOR REDE DE ENSINO
MÉDIO PARTICULAR
DO ESTADO



METODOLOGIA
INOVADORA APLICADA
HÁ 11 ANOS



SUPERLIGA:
PREPARATÓRIO PARA O
ENEM E VESTIBULAR



ENSINO BILÍNGUE

MATRÍCULAS ABERTAS.
Agende uma visita em uma de nossas unidades.

colegiosesi.com.br/internacional

UM COMPROMISSO COM AS INDÚSTRIAS DIANTE DO ATUAL MOMENTO ECONÔMICO.



Programa de Melhoria da Competitividade Industrial

Fortalecer e defender a indústria paranaense são missões da Fiep. Por isso, em resposta aos reflexos da desaceleração da economia que vêm atingindo o setor, a entidade estruturou o Programa de Melhoria da Competitividade Industrial com um conjunto de propostas direcionadas à produtividade e à ampliação de mercados.

INCENTIVO

Editais de apoio que estimulam a competitividade e a produtividade das indústrias com rápidas intervenções e diversas consultorias.

CAPACITAÇÃO

Cursos e palestras que promovem temas relevantes como saúde e segurança no trabalho, negociação coletiva sindical, sistema tributário, eficiência energética e impactos do eSocial.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Apoio constante às empresas que desejam entrar no mercado internacional com consultorias, missões, estudos de mercado e encontros de negócios.

fiepr.com.br/competitividade

É por isso que a Fiep existe e trabalha.
É por isso que nosso **i** é de indústria.

FIEP
SESI
SENAI
IEL

FIEP